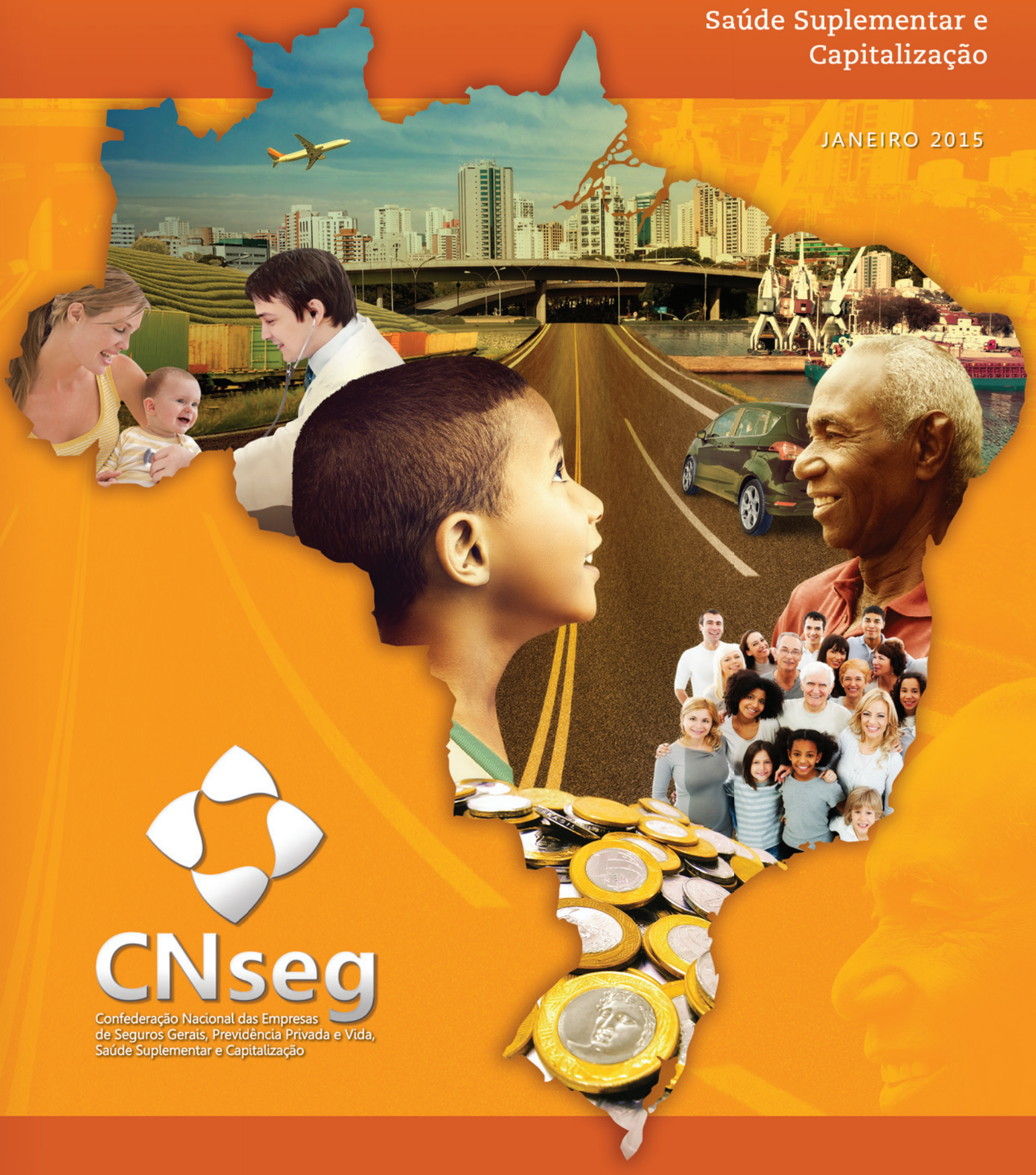
O Brasil na Próxima Década

Crescimento, Renda e Mudanças Demográficas

Uma análise com foco no setor de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização



JANEIRO 2015

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização



CNseg

Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

sustentabilidade em seguros

Buscando minimizar o impacto ambiental desta publicação, todas as tintas utilizadas na impressão são de base vegetal, a laminação da capa é biodegradável e o papel é de origem certificada.



O Brasil na Próxima Década

Crescimento, Renda e Mudanças Demográficas

Uma análise com foco no setor de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização



JANEIRO 2015

Sumário

1

Introdução

Página 04

2

Uma Breve Comparação Internacional: Onde Estamos e para Onde Podemos Ir?

Página 10

3

A Demografia Econômica

Página 20









5

Cenário e Metodologia para a Projeção da Composição da População Brasileira por Classes de Renda

Página 56



7

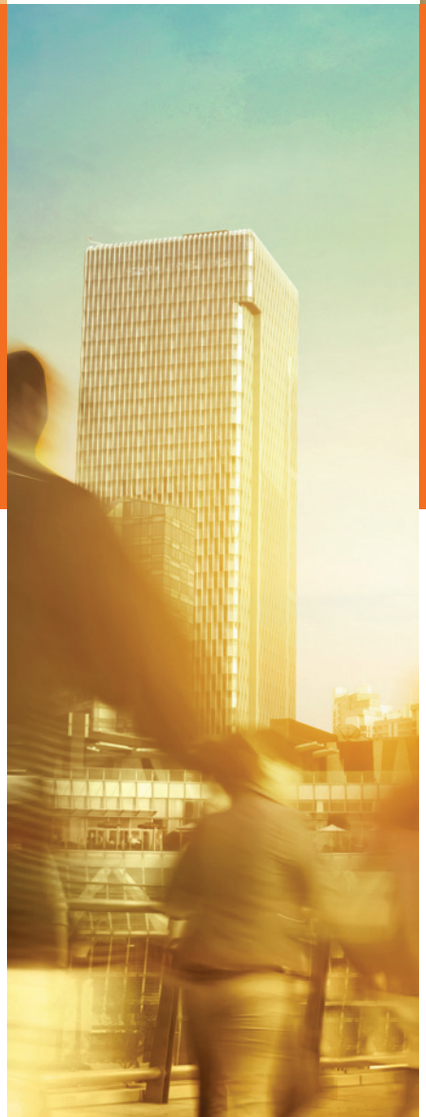
Conclusão

Página 72

4

Os Dividendos Demográficos e o Brasil

Página 30



6

As Projeções

Página 62





1 Introdução

“Demographics is the single most important factor that nobody pays attention to, and when they do pay attention, they miss the point!”

“Demografia é o fator singular mais importante que nunca levamos em consideração e quando o fazemos perdemos o ponto!”

Peter Drucker

ESTE ESTUDO TEM COMO OBJETIVO apresentar um panorama econômico do Brasil nos próximos dez anos, com a base em 2014, sob a luz das mudanças demográficas que já se encontram em curso no nosso País. O grande legado econômico e social da primeira década do século XXI foi, indubitavelmente, a inclusão social. Estimativas de analistas privados e do governo dão conta de que pelo menos 30 milhões de pessoas ascenderam ao que tem sido denominado de "nova classe média brasileira" na década passada. Mas é importante questionar o quão permanentes são essas mudanças. Trata-se de um processo irreversível? Como podemos garantir que as famílias que passaram a desfrutar de melhores padrões de consumo não retrocedam e, mais importante, que avancem ainda mais, não apenas no consumo, mas também em outras garantias de uma vida definitivamente melhor? Com a inclusão social, a desigualdade de renda caiu muito no País, mas permanece muito alta. É preciso avançar ainda mais.

O aumento da renda associado à melhoria nos termos de troca do comércio internacional, o forte processo de formalização da mão-de-obra e o maior acesso ao crédito ampliaram o poder de compra e as possibilidades de consumo dos brasileiros. Esse processo auspicioso, apoiado num quadro externo ainda favorável, a despeito da crise de 2008, incitou uma elevação do investimento privado, o que permitiu que a economia brasileira gozasse de taxas de crescimento relativamente altas entre 2003 e 2011. Entretanto, acumulam-se evidências de que os desequilíbrios da economia brasileira e os gargalos estruturais que afligem o País puseram um fim a esse ciclo. A inflação, o sintoma por excelência desses problemas, está mais resistente e disseminada, e o déficit em transações correntes voltou a crescer. Enquanto isso, a economia parece estar empacada, evidenciando a piora nos termos do *trade-off* entre crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e inflação. Caminhamos para o quinto ano de crescimento baixo com a variação do IPCA mais próxima ao teto da meta (6,5%) do que ao centro (4,5%). Até mesmo os dados relativos ao mercado de trabalho, que permaneceu em bom estado nos últimos anos, começam a apresentar deterioração na margem.

São muitos os desafios que se impõem. Além da continuidade e da consolidação do processo de inclusão social e redução da desigualdade de renda, verificável na forte queda do coeficiente de Gini (Figura 1), é preciso

Como podemos garantir que as famílias que passaram a desfrutar de melhores padrões de consumo não retrocedam e, mais importante, que avancem ainda mais, não apenas no consumo, mas também em outras garantias de uma vida definitivamente melhor?



que haja sinalização e ação coordenadas contra as ameaças que se colocam à manutenção da estabilidade macroeconômica, impedindo uma retomada consistente do crescimento e retardando uma melhora do grau de competitividade da economia brasileira que impulsione a produtividade, resposta cada vez mais inescapável para os dilemas que se apresentam ao nosso País.

Começamos, na Segunda Seção, com algumas breves comparações internacionais que situam onde estamos hoje e onde poderemos estar dentro de dez anos, baseados em comparações de renda *per capita*, variável chave — ainda que imperfeita — quando o assunto é bem-estar e desenvolvimento econômico. Na Terceira Seção, introduzimos a Demografia Econômica e apresentamos um quadro geral da transição demográfica e suas mais relevantes consequências. Na Quarta Seção, apresentamos o conceito dos Dividendos Demográficos, e mostramos como as mudanças populacionais que ocorrem no Brasil e em todo mundo podem influenciar a dinâmica econômica nos próximos anos. A Quinta Seção apresenta os pressupostos e as principais variáveis que utilizamos para traçar um cenário para a evolução da renda sobre o qual se baseia a projeção da composição da população brasileira por classes de renda que apresentamos na Sexta Seção. A Sétima e Última Seção encerra este estudo com algumas conclusões finais e com a exposição de outros fatores importantes que podem ser considerados em futuras análises.

FIGURA 1

Brasil: Coeficiente de Gini



Fonte: IPEA Data





Uma Breve Comparação Internacional:
Onde Estamos e para Onde Podemos Ir?

2

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO É O MAIOR OBJETIVO dos governos em todo mundo, ao longo de praticamente toda a história. Trata-se de uma noção ampla, ligada ao bem-estar das sociedades, e que inclui o crescimento econômico, ainda que não se esgote nele. Podemos entender o crescimento econômico como crescimento de renda *per capita*, isto é, a soma do valor de tudo que um país produz em determinado tempo sobre a população naquele mesmo período (é uma convenção utilizar a população no meio do período para obter essa razão). A partir de uma análise histórica, é possível verificar que o crescimento da renda é uma condição necessária, mas seria suficiente para o desenvolvimento econômico? Observa-se que não, pois o desenvolvimento econômico é um conceito multifacetado, para o qual o crescimento da renda *per capita* é uma medida operacional robusta e significativa, mas incompleta. Afinal, o desenvolvimento leva em conta também a distribuição dos ganhos do crescimento e a transformação desses ganhos em qualidade de vida, medida pela melhoria nos indicadores de educação e saúde das populações (RAY (1998)).

Há, portanto, bons argumentos para que a associação direta entre desenvolvimento econômico e crescimento da renda seja questionada. Entretanto, ainda que existam casos extremos, como o do Butão (pequeno país asiático plantado no alto do Himalaia que utiliza como medida principal de seu desempenho a Felicidade Interna Bruta[1]), o que se verifica de maneira geral é uma correlação altíssima entre o nível da renda *per capita* e diversas outras variáveis associadas ao desenvolvimento socioeconômico, como a redução da mortalidade infantil, a expectativa de vida ao nascer, a taxa de alfabetização e o consumo de energia *per capita*.

Quando estamos tratando de comparações internacionais, há duas medidas importantes para a renda *per capita*. Uma que simplesmente converte

1 *Gross National Hapiness* (GNH) que, segundo a definição oficial, "mede a qualidade de um país de uma maneira mais holística [que o PIB] e acredita que o desenvolvimento benéfico da sociedade humana acontece quando desenvolvimento material e espiritual ocorrem paralelamente, para que se complementem e reforcem" (CBS (2012)).



A partir de uma
análise histórica,
é possível verificar que o
crescimento da renda é
uma condição necessária,
mas seria suficiente
para o desenvolvimento
econômico?





o PIB real de cada país em dólares pela taxa de câmbio nominal em cada período; e outra que converte o PIB em dólares pela Paridade do Poder de Compra – PPC (mais conhecido pela sigla em inglês, PPP). A lógica desta última é simples: um dólar não tem o mesmo poder de compra em todos os lugares, pois o custo de vida varia de país para país. Resumidamente, o PIB *per capita* em PPC mede a capacidade de consumo dos habitantes de um país internamente, enquanto a medida dada pela taxa de câmbio nominal mede a capacidade de consumo no mercado internacional. O PIB real *per capita* consiste na divisão da renda em determinado ano (convertida em dólares constantes) pela população no meio deste mesmo ano. É útil quando se quer inferir a importância relativa de um país na economia global, por exemplo. Para o tipo de comparação que faremos aqui, entretanto, o PIB pela PPC é mais recomendado, pois temos como objetivo medir e comparar uma medida de bem-estar, que está intimamente associado ao poder de compra de uma população. A Figura 2 mostra a evolução do PIB *per capita* brasileiro pela PPC desde 1980.

Vemos que o período marcado pela mobilidade social, com a ascensão a classes mais altas de renda, foi também marcado por uma evolução excepcionalmente positiva da renda *per capita*, evidenciado na maior inclinação da curva entre 2003 e 2008. No entanto, notamos que desde a recuperação da crise de 2008/09 a inclinação tem diminuído. Diante dessa rápida piora, o que podemos esperar para a próxima década?

A renda *per capita* pela PPC no Brasil foi de aproximadamente US$ 11,5 mil em 2013. Podemos observar que diferentes hipóteses para o crescimento potencial da economia nos levariam a lugares distintos em 10 anos, dadas as projeções para o crescimento da população e para a taxa de câmbio. Com um crescimento de 1%, a renda *per capita* brasileira chegaria a US$ 12,7 mil no início de 2024, renda equivalente à renda *per capita* da Costa Rica hoje. Um crescimento de 2% levaria a renda *per capita* brasileira a aproximadamente US$ 14 mil, renda equivalente à renda *per capita* do Cazaquistão. Dois vírgula cinco por cento de crescimento levariam a renda *per capita* brasileira a US$ 14,7 mil em dez anos, renda equivalente à renda *per capita* da Bulgária hoje. Com um crescimento de 3%, hipótese bastante otimista (porque implicaria em um crescimento do PIB potencial ao redor de 4%), a renda *per capita* brasileira chegaria a US$ 15,5 mil em dez anos, equivalente à renda *per capita* do México hoje. Já um crescimento médio de 3,5% na próxima década,

FIGURA 2

PIB *per capita* | Projeções

Em US$ correntes baseados na PPC



Fonte: FMI

FIGURA 3

PIB *per capita* | Projeções

Em US$ correntes baseados na PPC

Fonte: FMI. Elaboração Própria



hipótese muito improvável, faria com que a renda *per capita* brasileira chegasse perto dos US$ 16,5 mil, valor equivalente à renda *per capita* atual do vizinho Uruguai. A Figura 3 ilustra esses cenários.

Podemos concluir do exercício apresentado nesta seção que, mesmo com uma hipótese extremamente otimista para evolução do PIB potencial e da renda *per capita*, é muito pouco provável que até 2024 possamos dar algum "salto" de crescimento que nos tire definitivamente do que é conhecido como "armadilha" da renda média. Enquanto os países se beneficiam do impulso da urbanização e da transição demográfica (que trataremos em detalhes na Próxima Seção), o potencial de crescimento é maior. Daí para frente, crescer é tarefa mais complexa. A realidade tem mostrado que é mais fácil uma nação deixar um nível de renda baixa para o de renda média do que sair da renda média e ingressar, definitivamente, no grupo dos países desenvolvidos. Tampouco permanecer nesse grupo tem sido fácil: países como Portugal, Grécia e Itália estão literalmente encolhendo, demográfica e economicamente. Arriscam fazer o caminho contrário, de transição da renda alta para a renda média.

Muitos analistas consideram que o crescimento potencial da economia brasileira reduziu-se significativamente nos últimos anos (ver, por exemplo, BOLLE e SIMÕES (2013)). Ainda que esse quadro possa ser alterado com

O investimento privado deve ser promovido, e o governo precisa também investir para melhorar a infraestrutura do País.

uma renovação da agenda de reformas, acreditamos que a probabilidade de que a estrutura produtiva do País melhore significativamente ou que o crescimento mundial volte a impulsionar a economia nacional, como fez na década passada, é pequena. Assim, nosso cenário contempla um crescimento potencial de 2% a 3%, o que nos colocaria na trajetória de crescimento da renda *per capita* de 1% a 2% anuais a partir de 2014.

É também importante dizer que um desempenho melhor do que esse teria de passar, necessariamente, por um aumento significativo da taxa de investimento da economia brasileira. O investimento privado deve ser promovido, e o governo precisa também investir para melhorar a infraestrutura do País. Entretanto, a expansão dos investimentos deve acontecer de maneira criteriosa, baseada em planejamento sério e financiada de maneira correta[2]. Nossa taxa de poupança interna, que inclui a poupança privada (famílias e empresas) e pública, é muito baixa, estando abaixo dos 14%, como indicado na Figura 4.

Num País como o nosso, que poupa tão pouco, incrementos no investimento teriam de ser financiados com poupança externa, ou seja, com déficits maiores nas transações correntes, o que pode se revelar insustentável. Mas, além de aumentar o volume de investimentos, é preciso melhorar a eficiência do nosso gasto público. Afinal, de uma perspectiva internacional, o Brasil não investe pouco em algumas áreas fundamentais, como exemplifica a Figura 5 para o caso da educação.

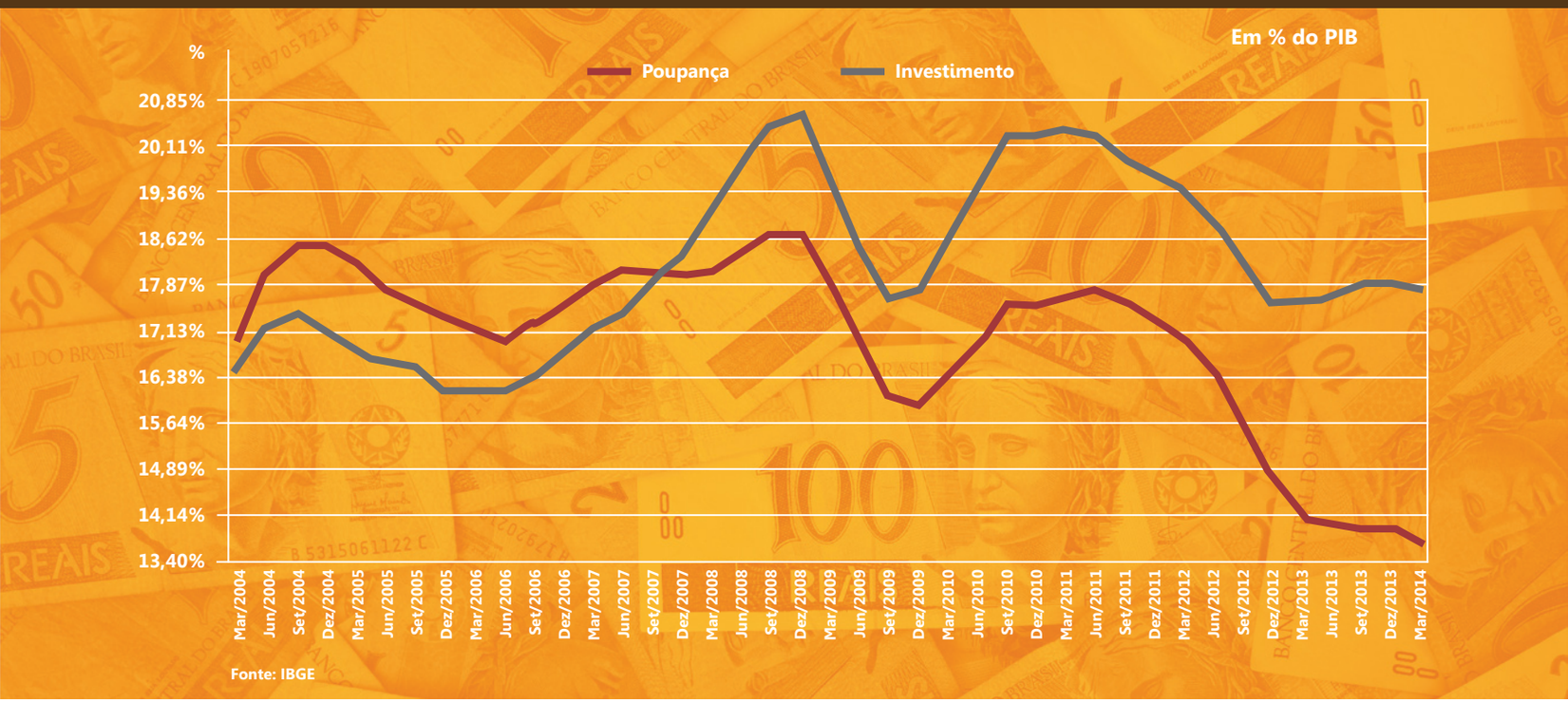
Com mais eficiência nos gastos, seria possível abrir espaço no orçamento do governo para aumentar os investimentos sem que as finanças públicas sejam ainda mais pressionadas, ou que seja necessário aumentar a elevada carga tributária. Só assim será possível alterar um padrão, recorrente na condução da política econômica brasileira em todas as administrações recentes, que é o de eleger justamente o investimento como item da despesa pública a sofrer quando o governo tem que fazer um ajuste fiscal mais rigoroso.

Nossa taxa de poupança interna, que inclui a poupança privada (famílias e empresas) e pública, é muito baixa, estando abaixo dos **14%**.

2 Em um estudo do Fundo Monetário Internacional (WARNER (2014)), é encontrada pouca evidência associando grandes incrementos de investimento público ao crescimento do PIB. Segundo o autor, na maioria das vezes, esses ciclos de investimento são financiados com a emissão de dívida e embasados em estudos técnicos pobres, o que mitigaria os possíveis efeitos benéficos da expansão do investimento.

FIGURA 4

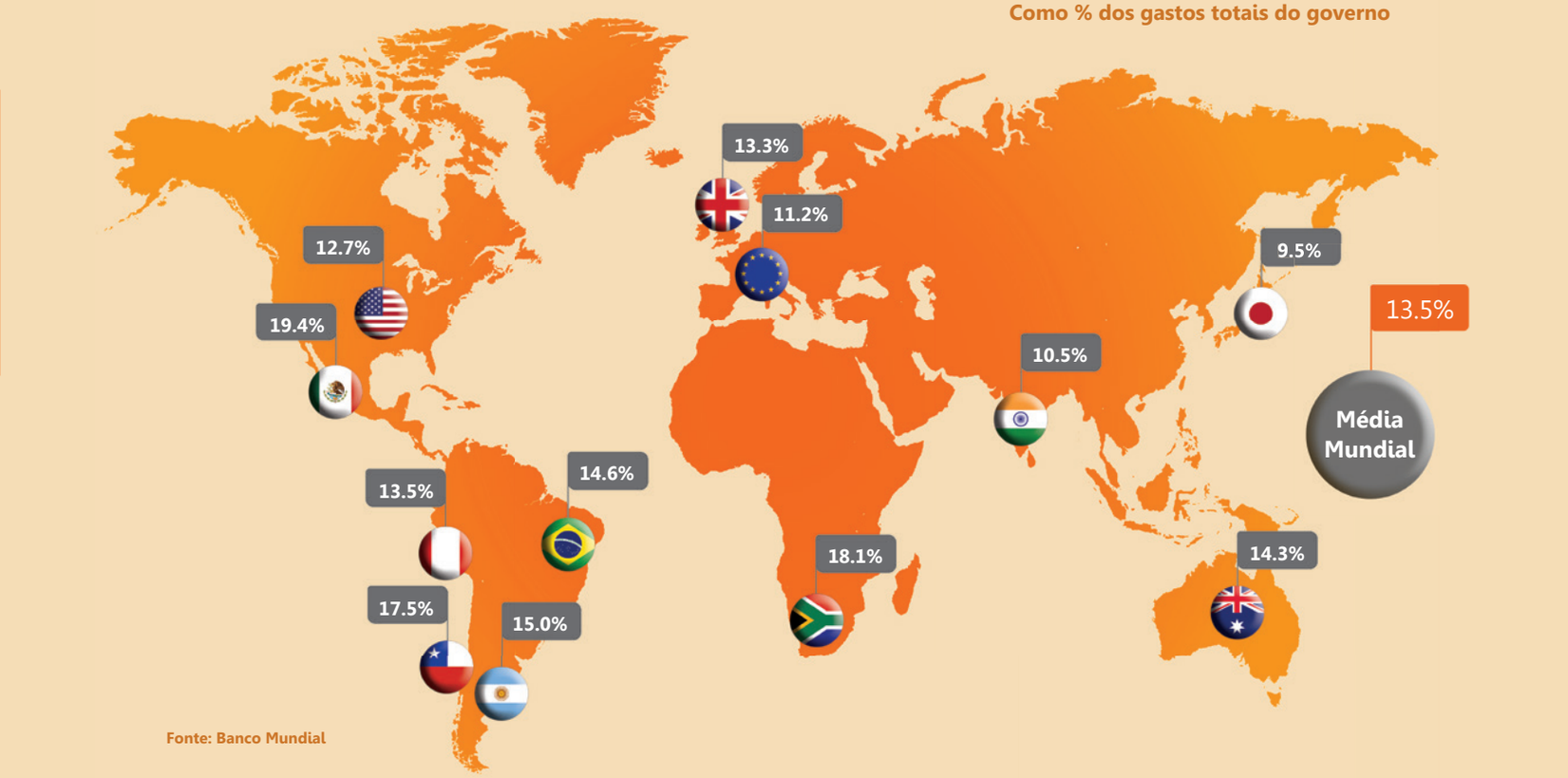
Brasil: Relação entre Investimentos e Poupança | Interna + Externa



Fonte: IBGE

FIGURA 5

Gasto Público com Educação



Fonte: Banco Mundial





A Demografia Econômica

3

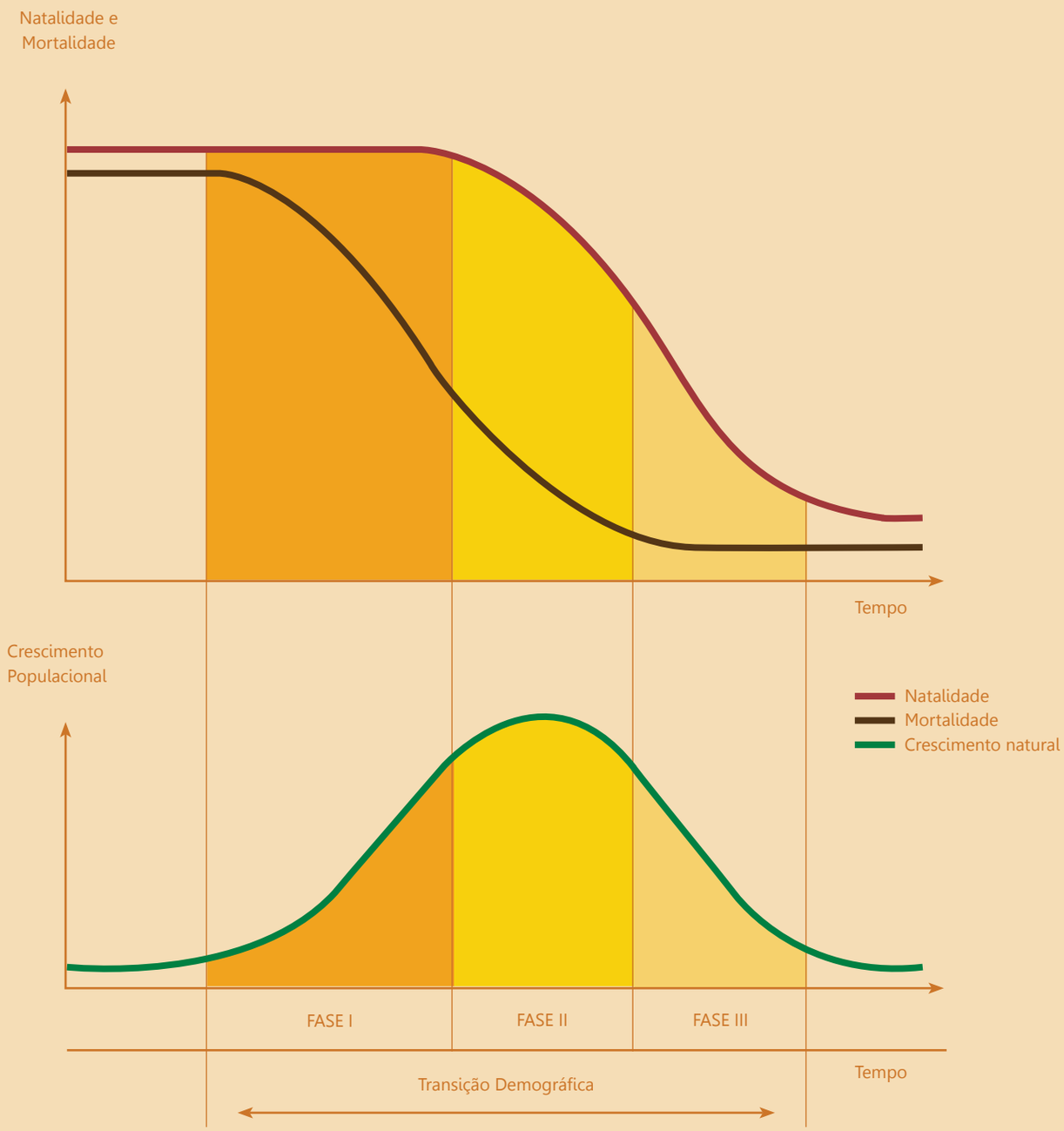
EM TODO O MUNDO, as pessoas vivem cada vez mais e têm cada vez menos filhos. A população mundial está envelhecendo, e não há precedentes que nos possam guiar diante dessa mudança – provavelmente – definitiva. Estamos, globalmente, entrando em terreno desconhecido. A única certeza é que as profundas mudanças demográficas que se desdobrarão ao longo deste século terão impacto relevante nas sociedades e nas economias. São mudanças estruturais, que alterarão a maneira com que produzimos, consumimos, poupamos e distribuímos a renda gerada. Para analisar melhor essas mudanças, é fundamental entender melhor o conceito de transição demográfica[3].

Iniciada há séculos na Europa Ocidental, a transição demográfica é um dos fatos sociais mais importantes de todos os tempos, e avança em praticamente todo o mundo, em diferentes estágios. É um fenômeno único, que se desenvolve em interação com o processo de desenvolvimento econômico. Suas consequências são inequívocas. Resumidamente, podemos dizer que a transição demográfica é a passagem de altas para baixas taxas de mortalidade e natalidade (respectivamente, número de mortes e de nascimentos a cada mil habitantes de uma região por ano). Ela começa pela diminuição das taxas de mortalidade, e só depois de um determinado período — que varia de país a país — se dá início à redução das taxas de natalidade. Durante a maior parte da história humana, as taxas de fecundidade (número médio de filhos por mulher) eram altas para compensar as também altas taxas de mortalidade. Porém, as taxas de mortalidade adulta e infantil começaram a cair com a melhoria das condições de alimentação, o avanço nos conhecimentos médicos e a melhoria nas condições sanitárias. A Figura 6 apresenta um esquema estilizado desse processo.

3 Também chamada de primeira transição demográfica (PTD) para diferenciá-la das menos consensuais segunda e terceira transições demográficas (ALVES e CAVENAGHI (2008) fazem uma interessante reflexão sobre o desenvolvimento econômico e sua relação com os três conceitos de transição demográfica).

FIGURA
6

A Transição Demográfica Esquematizada



Fonte: Elaboração Própria



Devido a esse desencontro temporal entre a queda da mortalidade e da natalidade, há uma aceleração no crescimento da população durante certo período, representado pela fase dois do esquema Figura 6. Porém, em algum momento, a queda das taxas de natalidade se acelera, e o ritmo do crescimento vegetativo da população se reduz. Em fase mais avançada da transição, as duas curvas se encontram ou se aproximam, e o crescimento vegetativo se interrompe ou fica muito reduzido para, em seguida, iniciar-se um período de estabilidade ou suave decrescimento da população (ALVES (2014)).

Uma das consequências mais marcantes desse processo é a alteração da estrutura etária da população, que passa a ter menos crianças, aumentando, em primeiro lugar, o número de adultos e, em um período posterior, o número de idosos, já que a expectativa de vida também aumenta como consequência da queda nas taxa de mortalidade. A elevação da expectativa de vida é uma enorme conquista da humanidade, fruto dos progressos econômicos e científicos. Espera-se que tais avanços continuarão por período prolongado. É cada vez maior o número de centenários entre nós, e muitos especialistas acreditam que a expectativa média de vida de crianças nascidas em países com elevado desenvolvimento humano pode superar os cem anos em algumas décadas. A demografia, dependendo de como nos posicionarmos e nos preparamos para as grandes mudanças que já estão em curso, se apresenta como um grande desafio, ou também como uma oportunidade, especialmente nos segmentos de Previdência Privada e Saúde Suplementar.

A demografia, dependendo de como nos posicionarmos e nos preparamos para as grandes mudanças que já estão em curso, se apresenta como um grande desafio, ou também como uma oportunidade, especialmente nos segmentos de Previdência Privada e Saúde Suplementar.

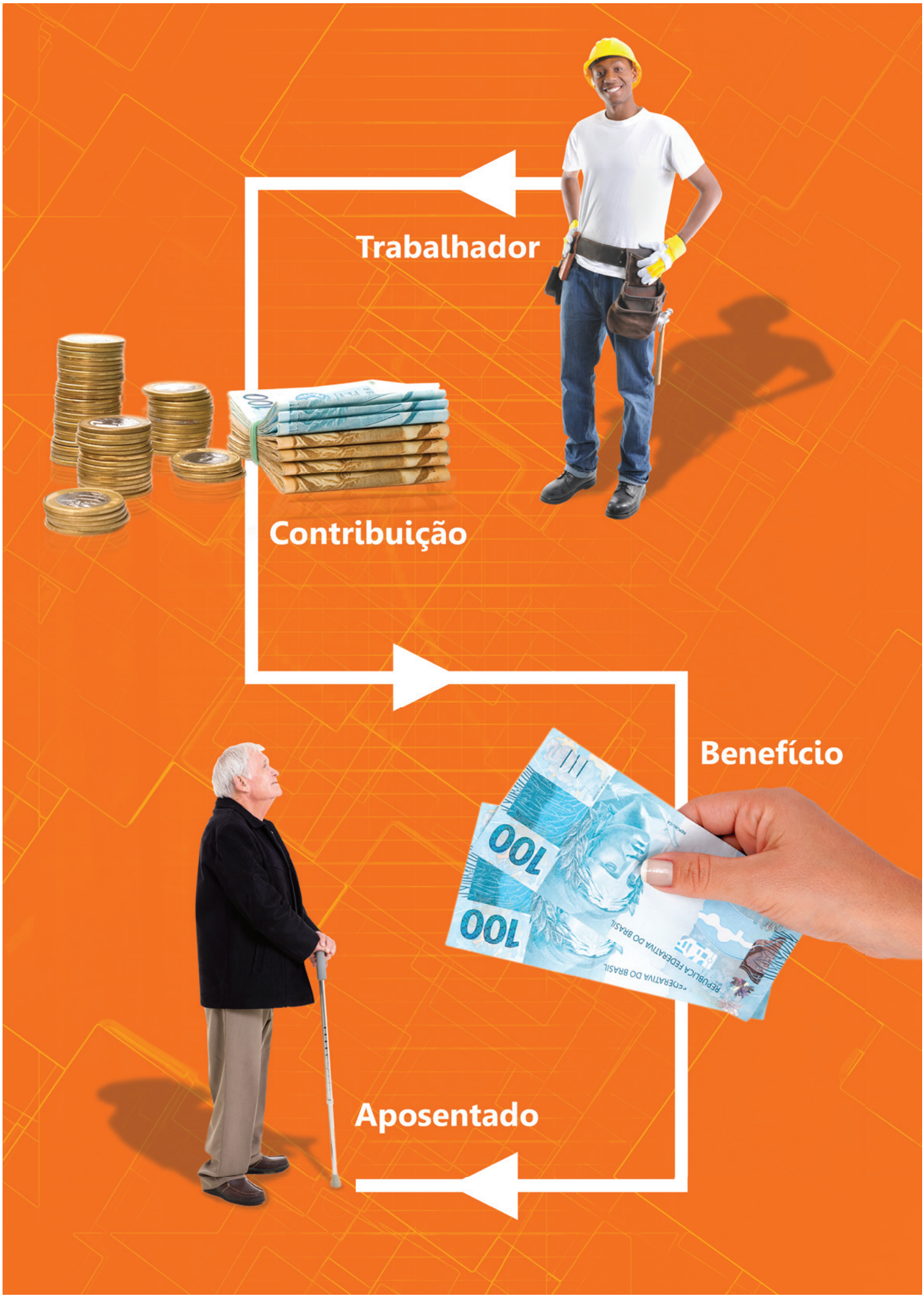
Geralmente, a abordagem da demografia nas análises econômicas se limita aos impactos do envelhecimento populacional na sustentabilidade dos sistemas previdenciários, sendo, portanto, natural que sejam esses os primeiros temas a vir à tona. Afinal, o sistema de previdência pública de diversos países, inclusive do Brasil, faz uso das contribuições do pessoal na ativa em determinado período fiscal para bancar os benefícios dos aposentados no mesmo período, numa estrutura previdenciária conhecida como modelo de repartição simples. Desta forma, o benefício recebido está desvinculado do valor capitalizado ao longo do período de contribuição por um determinado contribuinte. A proporção entre contribuintes e beneficiários (também chamada de razão de suporte), portanto, está diretamente relacionada à capacidade de financiamento desses sistemas.

No caso brasileiro, é interessante notar que a extensão da cobertura dos benefícios, principalmente após a Constituição de 1988, para pessoas com pouca ou nenhuma capacidade contributiva, se deu em momento demograficamente muito favorável, em que número de adultos — potenciais contribuintes — era muito superior ao número de idosos (ver BUGARIN e MAGALHÃES (2011)). O caráter transitório da elevada razão de suporte que tornou mais fácil a ampliação da cobertura previdenciária foi sumariamente ignorado, mas as consequências já começam a aparecer.

Os impactos da transição demográfica na economia, entretanto, vão muito além da ameaça aos sistemas de previdência de repartição simples. O mercado financeiro, por exemplo, sente alguns dos efeitos das mudanças da composição etária da população por meio das diferenças na quantidade e no tipo de ativos demandados pelas pessoas. Pessoas mais jovens, mesmo aquelas já em idade ativa[4], tendem a gastar a maior parte do que ganham. É em idade mais avançadas, a partir dos 30 ou até dos 40 anos, que os indivíduos tendem a poupar uma porção maior de sua renda, acumulando ativos em um ritmo maior para aposentadoria e aumentando sua riqueza. A partir dos 65, entretanto, a tendência é que se poupe menos e que os indivíduos comecem a viver do rendimento ou mesmo da venda dos ativos que acumularam ao longo da vida ativa[5]. Há, por exemplo, diversos estudos que associam o aumento no preço das ações americanas na década de 1990 ao crescimento na proporção de pessoas em idade ativa avançada na população, resultado do amadurecimento da

4 Faixa etária em que, espera-se, um indivíduo esteja apto a se dedicar às atividades produtivas. Em estudos demográficos, geralmente é definida como a faixa de idade que vai dos 15 aos 65 anos. Algumas vezes, entretanto, é utilizada a faixa de 10 aos 65 anos. Há ainda trabalhos que determinam o começo da idade ativa aos 20 anos, tendência mais recente, porém menos disseminada.

5 Tal comportamento da poupança como proporção da renda ao longo da vida dos indivíduos é, de certa forma, compatível com a Teoria do Ciclo da Vida desenvolvida, ainda no começo da década de 1960, pelo economista Franco Modigliani, Nobel de Economia em 1985, segundo a qual a propensão marginal a poupar e o estoque acumulado de riqueza têm seu auge nos anos que antecedem a saída do mercado de trabalho (ver ANDO e MODIGLIANI (1963)).

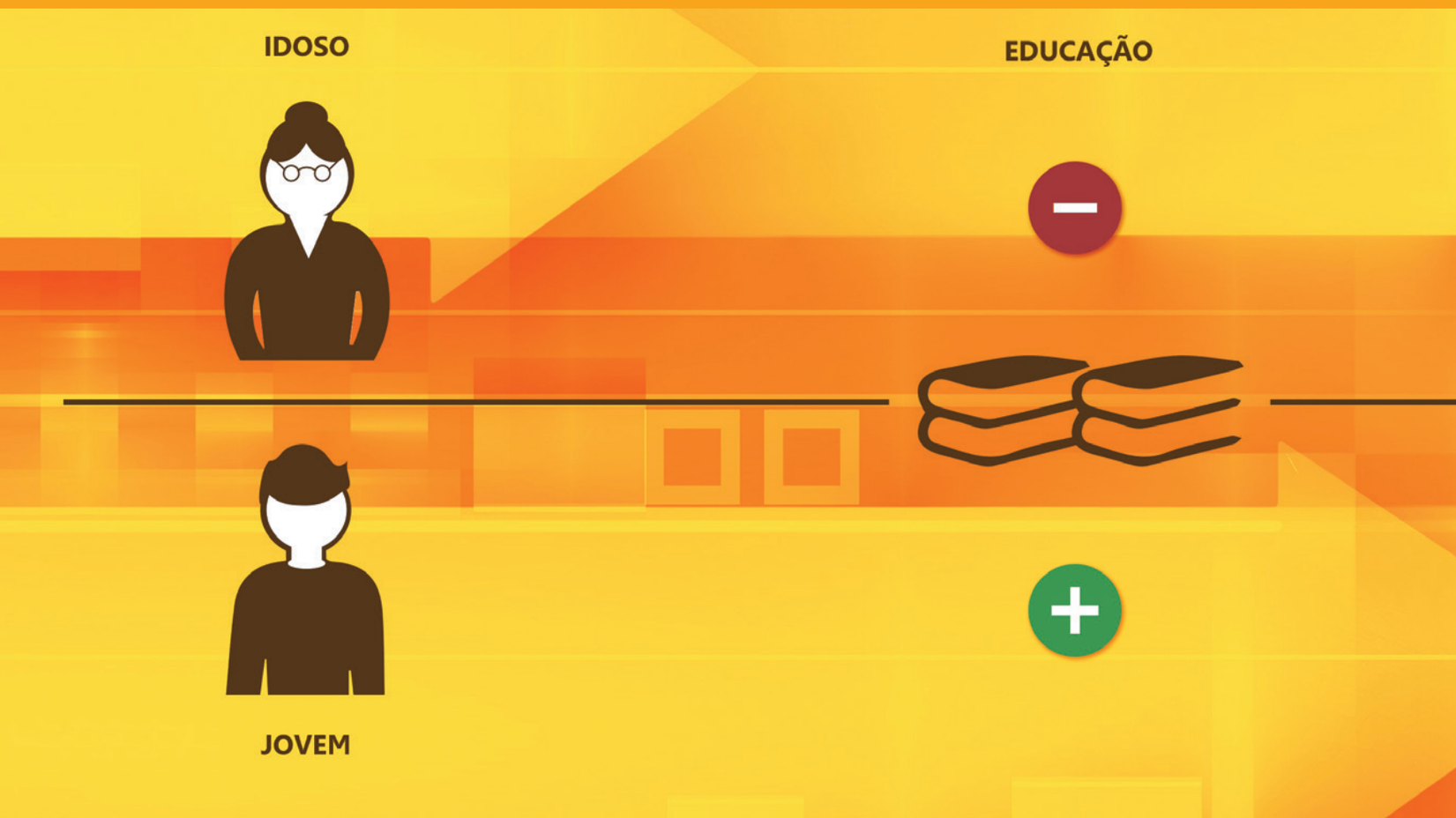

Trabalhador
Contribuição
Benefício
Aposentado

geração dos *baby boomers* (pessoas nascidas nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando houve forte aumento da natalidade nos Estados Unidos e na Europa).

Também, ao analisarmos os movimentos internacionais de capital, estudos indicam que a dinâmica das taxas de juros domésticas e internacionais e o balanço global das contas correntes podem sofrer impacto das mudanças demográficas globais em curso. Os efeitos da diferença no *timing* dessas mudanças entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento é tema de pesquisa antigo, tendo sido modelados por METZLER (1960). Se o envelhecimento populacional nos países desenvolvidos provocar uma redução da poupança agregada para qualquer nível de taxa de juros nesses países enquanto a poupança dos países emergentes aumentar como resultado do amadurecimento populacional e aproximação de uma grande massa de trabalhadores da idade de aposentadoria, isso certamente teria um impacto sobre a taxa de juros globais. A intensidade e o sentido desse impacto dependeriam do tamanho relativo entre a redução da poupança nos países desenvolvidos e o aumento da poupança nos países em desenvolvimento.

De uma maneira geral, os estudos teóricos e empíricos sobre os impactos da dinâmica demográfica nos mercados financeiros e o preço de ativos indicam que eles existem e podem ser significativos. Entretanto, a direção e a intensidade são de difícil estimação. De qualquer forma, a conclusão da maioria

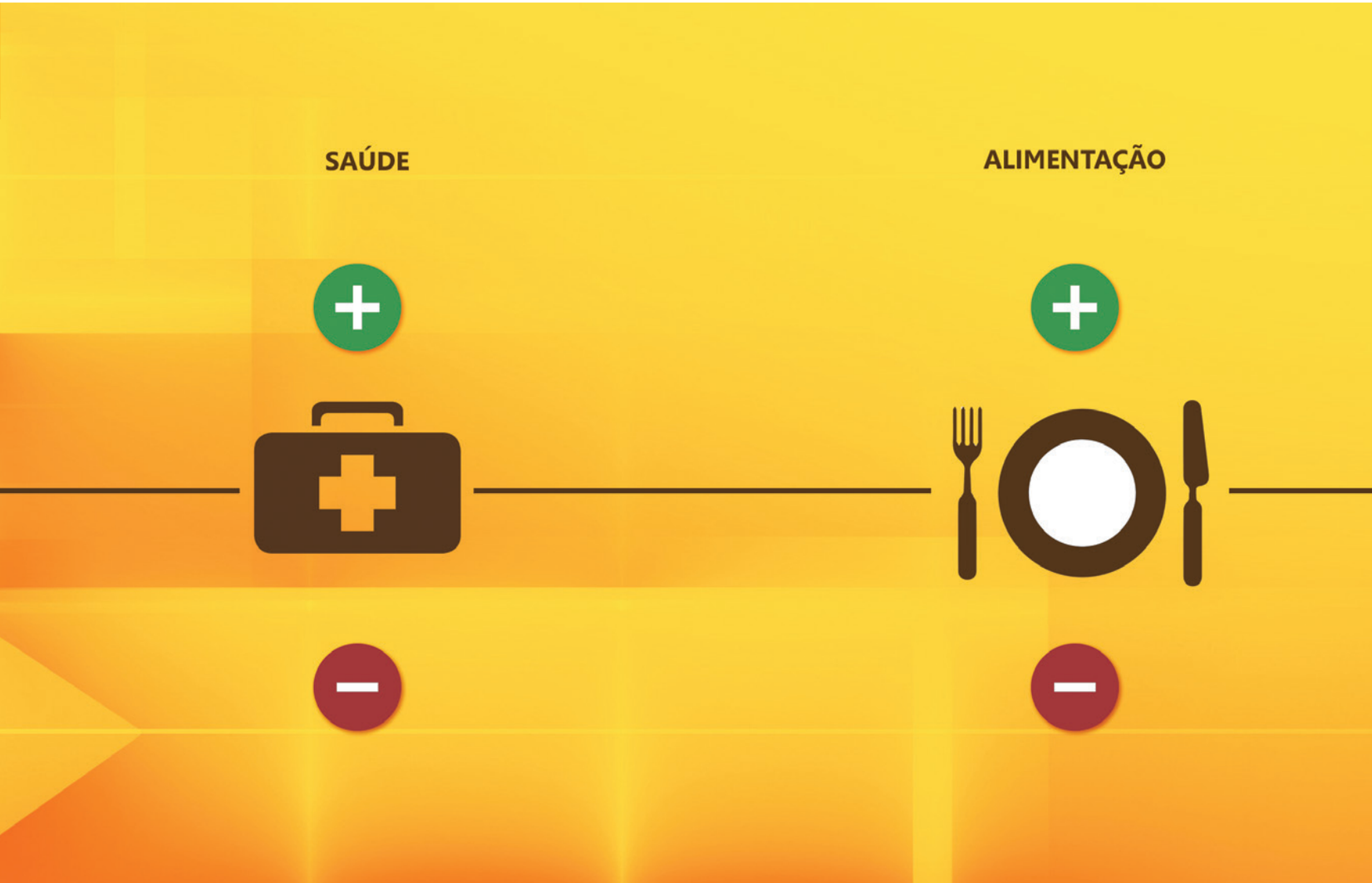
Investimentos em Gastos Associados



dos estudos é que as chances de alguma crise financeira mais séria e abrupta ocorrer por razões exclusivamente demográficas são pequenas.

Nesta análise, é importante observar, quando examinamos os impactos das mudanças demográficas sobre o setor de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização no Brasil, que alguns dos efeitos mais importantes se dão não apenas sobre o montante que é consumido, mas também sobre o que é mais ou menos consumido. Verifica-se que os padrões de consumo tendem a mudar drasticamente com a idade, tanto pelo efeito da renda, que tende a ser maior nos períodos mais avançados da idade ativa, quanto pela variação, ao longo da vida, das necessidades e interesses individuais.

Por exemplo, é natural que se espere, em qualquer lugar, que a educação ocupe uma parcela maior dos gastos associados às pessoas mais novas, enquanto os cuidados com saúde e alimentação aumentem nas idades mais avançadas. Para o caso do Brasil, os estudos realizados indicam a existência de um padrão etário dos gastos. CARVALHO (2008) mostra, para o caso dos domicílios de arranjo unipessoal (cada vez mais comuns no País, como veremos a seguir), que a parcela da renda gasta com alimentação muda pouco com a idade. Habitação e saúde tendem a ocupar maior parcela do orçamento doméstico conforme as pessoas envelhecem, enquanto transporte, vestuário e educação tendem a ter sua participação nos gastos totais reduzida nas idades mais avançadas.







4 Os Dividendos Demográficos e o Brasil

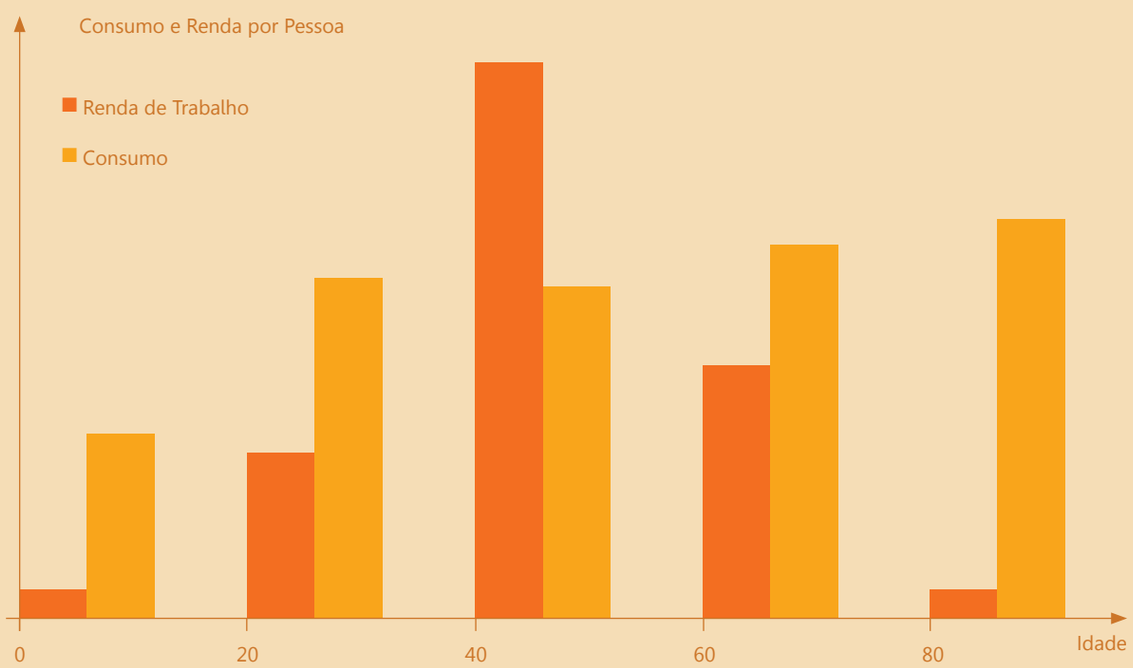
APRESENTAMOS DIVERSOS IMPACTOS que as mudanças causadas pelo avanço da transição demográfica podem causar na economia. Entretanto, o mais relevante deles se dá no que diz respeito à relação entre o quanto cada indivíduo produz e consome em cada idade e a estrutura etária da população como um todo. Para entender essa interação, é necessário nos aprofundarmos na ideia do ciclo econômico de vida.

A hipótese do ciclo econômico da vida parte do pressuposto, bastante razoável, de que os indivíduos têm, ao longo da vida, dois períodos de dependência econômica, marcados pelo excesso de consumo em relação à renda gerada por este mesmo indivíduo com seu trabalho. A Figura 7 exibe o esquema proposto por esta hipótese.

O primeiro período de dependência acontece na infância e na juventude. Crianças e jovens produzem pouco ou nada, seja por incapacidade ou, como é preferível, por estarem se preparando para vida adulta. Mas também são consumidores, precisam se alimentar, de moradia, estudar e se vestir. Isso significa que esse grupo depende de outro para receber os recursos necessários a sua sobrevivência. O segundo período de dependência acontece na velhice. É comum que, por inúmeras razões — sendo a debilidade física a principal delas — as pessoas deixem de trabalhar nas idades mais avançadas.

FIGURA 7

O Ciclo Econômico da Vida



Fonte: Elaboração Própria

Ao fazerem isso, voltam a ser dependentes, pois precisam de transferências de recursos para sua sobrevivência até o dia em que vierem a falecer.

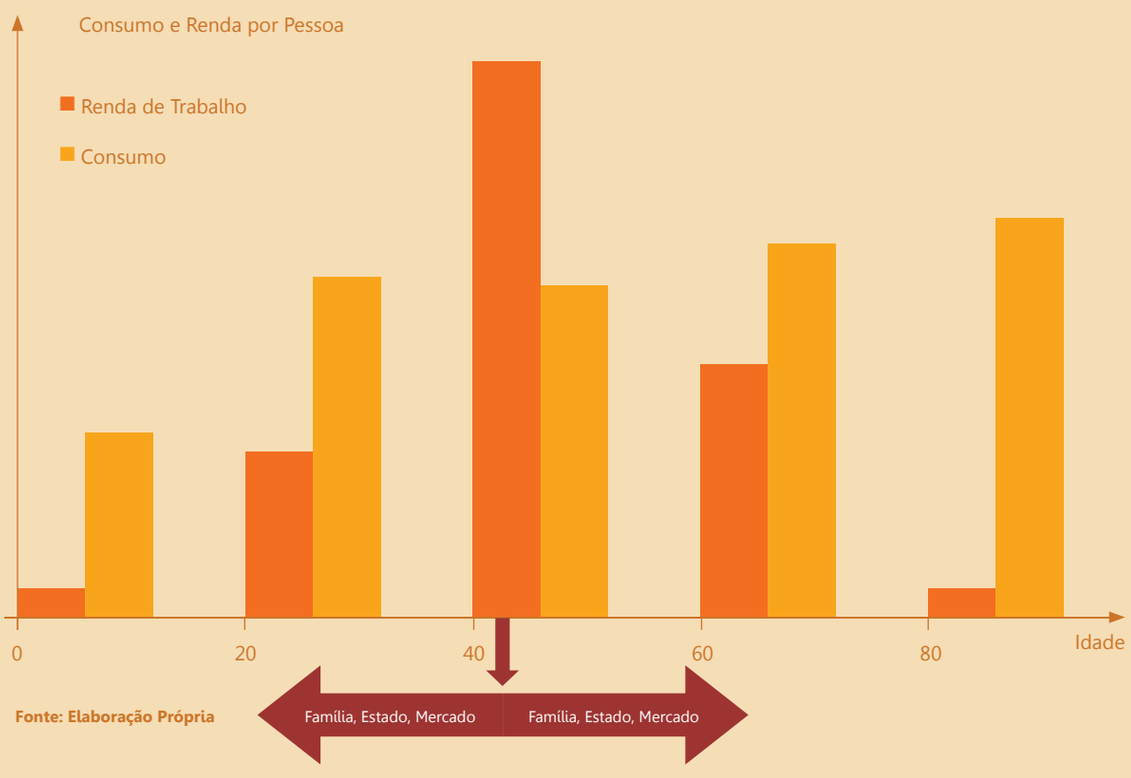
Fica claro assim que os indivíduos que estão em um dos dois períodos de dependência precisam receber recursos para se sustentarem. Deve, portanto, haver fluxos de recursos entre diferentes gerações. A Figura 8 ilustra esses fluxos.

As decisões econômicas individuais são fortemente influenciadas por esses fluxos, e têm efeitos agregados relevantes. Eles devem ir das idades em que há excedente de renda para aquelas em que existe necessidade, e podem ser realizadas basicamente por três agentes: as famílias, o Estado e os mercados. Nas famílias as transferências acontecem, basicamente, nos domicílios, e estão relacionados a fatores diversos, como a chefia do domicílio, a presença de um ou dois provedores, a relação entre aposentados e pessoas em idade ativa, entre outros. O Estado transfere esses recursos de diversas maneiras, por meio das complexas relações que mantém com a sociedade, por intermédio dos impostos cobrados, subsídios concedidos, serviços públicos prestados, benefícios pagos e outras formas de transferências sociais (o impacto das transferências líquidas entre o governo e a sociedade por grupo etário serão mais bem explorados quando tratarmos a seguir dos riscos fiscais do envelhecimento).

FIGURA 8

O Ciclo Econômico da Vida

Fluxos Intergeracionais



Fonte: Elaboração Própria

Os mercados fazem estas transferências via rendimento das aplicações financeiras, pagamento de dividendos e, no caso do setor de seguros e previdência, por meio dos pagamentos de indenizações, resgates parciais e totais de recursos alocados em planos de seguros de pessoas, de previdência complementar, de saúde suplementar e benefícios e resgates ou sorteios de títulos de capitalização, que tem apresentado um crescimento expressivo nos últimos anos, acompanhando o desenvolvimento socioeconômico do País.

Do ciclo econômico da vida derivamos outro importante conceito: o de consumidores e produtores efetivos. Como visto na Figura 8, cada idade corresponde a uma determinada capacidade de produção líquida por parte dos indivíduos. Aqueles em período de dependência produzem pouco ou nada, são, em maior parte, consumidores líquidos. O inverso acontece com as pessoas em idade ativa, o que faz deles produtores líquidos. Em um dado momento, a estrutura etária da população combinada ao ciclo econômico de vida dessa mesma população nos dará o número de consumidores e produtores efetivos nessa população. As equações[6] abaixo explicitam essa relação. Definimos C(t) e P(t) como o valor que reflete, respectivamente, o número efetivo de consumidores e de produtores em uma população no período t.

$$C(t) = \int \alpha(i) \times P(i,t)da$$

$$P(t) = \int \gamma(i) \times P(i,t)da$$

Consumidores(t) = Consumo Individual Padrão x População(idade, tempo)da

Produtores(t) = Produção Individual Padrão x População(idade, tempo)da

Nas equações acima, P(i, t) é a população com a idade i no período t. A função α(i) descreve o consumo individual padrão e γ(i) é a função que descreve a produção individual padrão dessa população, ambas em função da idade. A renda por consumidor efetivo no período t, R(t), pode ser expressa pela equação a seguir:

$$\frac{R(t)}{C(t)} = \frac{P(t)}{C(t)} \times \frac{R(t)}{P(t)}$$

Renda(t)/Consumidor(t) = Produtores(t)/Consumidores(t) x Renda(t)/Produtores (t)

6 A formalização da relação entre o ciclo econômico da vida e a estrutura etária das populações teve grande contribuição de trabalhos dos pesquisadores Andrew Mason, da Universidade do Havaí, e Robert Lee, da Universidade da Califórnia em Berkeley. Alguns exemplos são LEE e MASON (2004) e MASON (2005).

E o Brasil? Onde se encontra nesse contexto de profundas mudanças demográficas?

Quando falamos do impacto das mudanças demográficas na economia, a noção de consumidores e produtores efetivos se apresenta como mais adequada, pois trabalhadores produzem mais ou menos em diferentes etapas de sua idade ativa, assim como o padrão e o montante de recursos que são consumidos varia ao longo dos anos.

Note que a renda por consumidor efetivo é produto da razão entre produtores e consumidores efetivos e a renda por produtor efetivo. Uma razão de suporte que tivesse o número de trabalhadores no numerador e a população total no denominador seria uma boa aproximação. Esta medida é, inclusive, utilizada em diversos estudos econométricos que têm como objetivo mensurar os impactos da dinâmica demográfica na economia[7]. Entretanto, quando falamos do impacto das mudanças demográficas na economia, a noção de consumidores e produtores efetivos se apresenta como mais adequada, pois trabalhadores produzem mais ou menos em diferentes etapas de sua idade ativa, assim como o padrão e o montante de recursos que são consumidos varia ao longo dos anos.

É dessa interação entre a estrutura etária da população e o ciclo econômico da vida que emerge o primeiro dividendo demográfico. Obtendo as taxas de crescimento das componentes da terceira equação apresentada anteriormente, podemos ver que o crescimento da renda por consumidor efetivo é, aproximadamente, resultado da soma do crescimento da razão entre produtores e consumidores efetivos com o produto por trabalhador. Ou seja, tendem a ser mais propícios a incrementos na renda *per capita*, os momentos em que o crescimento do número de produtores efetivos é maior do que o crescimento do número de consumidores efetivos.

7 Ver, por exemplo, MENDES (2013).





Com a queda da fecundidade, muitas mulheres que antes se dedicariam ao trabalho reprodutivo se juntam à força de trabalho, ampliando ainda mais a oferta deste fator de produção na economia.





Quando a estrutura etária populacional se altera como efeito do avanço da transição demográfica, a composição da população por consumidores e produtores efetivos também se altera. A queda nas taxas de fecundidade reduz a taxa de dependência[8] de crianças e jovens. Concomitantemente, aqueles que nasceram na onda de explosão demográfica resultante da combinação de natalidade ainda alta com mortalidade em queda atingem o auge de sua idade ativa. Com a queda da fecundidade, muitas mulheres que antes se dedicariam ao trabalho reprodutivo[9] se juntam à força de trabalho, ampliando ainda mais a oferta deste fator de produção na economia. Dessa maneira, o período em que prevalece o primeiro dividendo, chamado de "janela de oportunidade" pelos economistas, é muito especial. Uma situação única, pela qual os países passam somente uma vez no curso de sua história. Trata-se, portanto, de uma oportunidade temporária, pois, quando esse grande número de trabalhadores chega à velhice, a dependência volta a subir, já que eles deixam de produzir e passam a depender mais de transferências, no caso brasileiro, especialmente do Estado.

A taxa de dependência de crianças e idosos é, geralmente, uma aproximação satisfatória para a razão entre produtores e consumidores efetivos, ainda que estimativas mais detalhadas e precisas do ciclo econômico da vida revelem alguns fatos que a simplificação das taxas de dependência pode ocultar. Para os EUA, por exemplo, as idades que marcam os períodos de dependência foram estimadas como sendo 24 anos para a transição da dependência juvenil para a produção líquida e 57 anos para a transição da produção para a dependência senil (MASON (2005)).

Já o segundo dividendo demográfico se instalaria em uma fase mais avançada da transição demográfica, e teria caráter mais perene que o primeiro dividendo. Está associado a condições favoráveis criadas no ambiente de uma população mais envelhecida com alto acúmulo de poupança e capital humano. Como já expusemos na seção anterior, a acumulação de poupança tende a crescer conforme avança a idade ativa dos indivíduos. A poupança acumulada chega ao auge às vésperas da aposentadoria, geralmente na faixa dos 50 aos 70 anos de idade. Quando a proporção dessas pessoas na população aumenta, se elas de fato tiverem poupado como precaução devido à maior expectativa de vida, haverá mais capital por trabalhador efetivo, estimulando o investimento, a produtividade e o crescimento da economia. Assim, esse efeito será tão maior

8 Taxa de dependência é a razão entre dependentes e não dependentes. Pode ser calculada para crianças e jovens (geralmente menores de 15 anos) e idosos (geralmente acima de 65 anos) ou para cada tipo de dependência separadamente.

9 O trabalho reprodutivo — de caráter privado e familiar — em distinção daquele considerado produtivo — de caráter público e profissional —, relaciona-se aos cuidados com as crianças, idosos e doentes e aos serviços domésticos que, apesar de prestados sem que haja remuneração monetária como contrapartida, têm valor econômico reconhecido.

quanto forem estimulados os indivíduos a poupar ao longo da vida, um papel onde é relevante a atuação do mercado segurador.

A queda da fecundidade também pode proporcionar um aumento do investimento em capital humano *per capita*, tanto na esfera familiar quanto na pública, já que há menos competição pelos recursos destinados à educação e à manutenção da saúde. Dessa maneira, o segundo dividendo demográfico está diretamente relacionado ao primeiro, ao transformar os impactos momentâneos deste em ativos maiores, melhores e mais duráveis. Pode ser entendido como o crescimento do segundo fator do lado direito da terceira equação apresentada anteriormente, o produto por trabalhador (já que o produto pode ser descrito com uma função do capital), isto é, tem muito a ver com a produtividade.

Em pouco mais de 50 anos, a mortalidade infantil — um dos indicadores mais importantes e reveladores das condições de vida de uma população — caiu cerca de 90%.

Infelizmente, os benefícios que podem surgir dos dividendos demográficos não são automáticos. Dependem da força das instituições e de políticas capazes de aproveitar a estrutura etária da população para impulsionar o crescimento econômico. É fundamental que haja oportunidades no mercado de trabalho para uma crescente população em idade ativa. Mais importante ainda é que essa população seja bem formada, e esteja apta a absorver habilidades que impulsionem sua produtividade. Outro fator fundamental e que merece continuada atenção é a importância da existência de um mercado financeiro desenvolvido, capaz de captar e alocar com eficiência a poupança desses trabalhadores, o que pode ser estimulado cada vez mais pelo mercado segurador. Disso dependerão, em grande parte, os benefícios do segundo dividendo demográfico. É fundamental também que ao aumento da expectativa de vida esteja também associado um salto na qualidade da vida, de modo que as pessoas não apenas vivam mais, mas possam também ser produtivas por mais tempo.

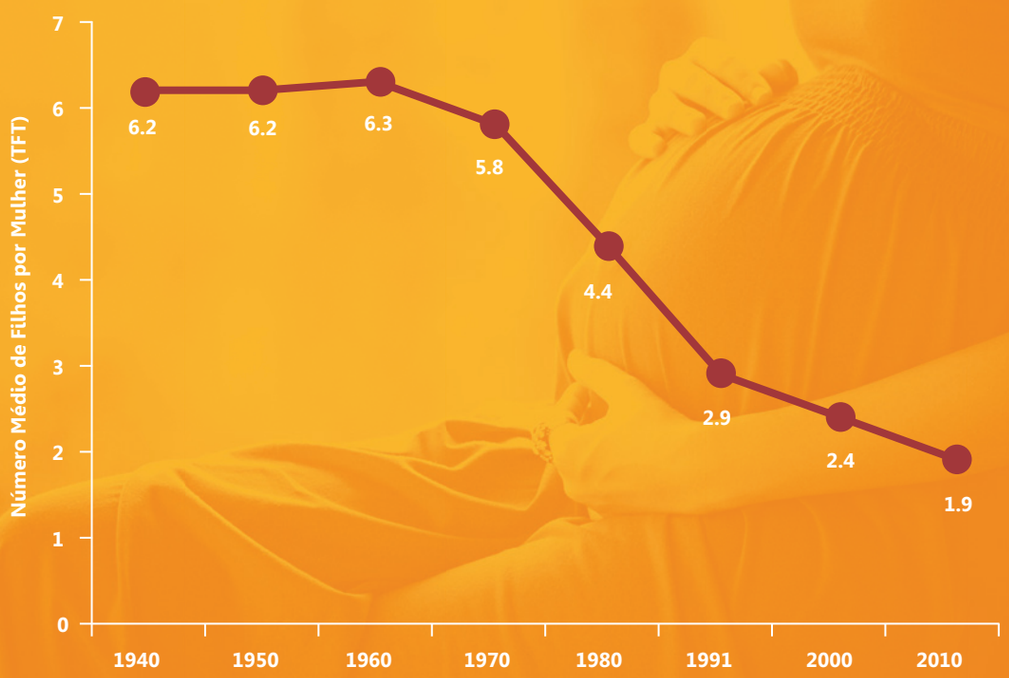
E o Brasil? Onde se encontra nesse contexto de profundas mudanças demográficas? Em nosso País, a primeira etapa da transição demográfica, a transição da mortalidade, teve início após a Segunda Guerra Mundial. Em pouco mais de 50 anos, a mortalidade infantil — um dos indicadores mais importantes e reveladores das condições de vida de uma população — caiu cerca de 90%. Cerca

de 20 anos depois, teve início a transição da fecundidade. Entre fins da década de 1960 e início da década de 1970, a taxa de fecundidade total[10] das mulheres brasileiras caiu de patamares de mais de seis filhos por mulher para 5,8. Desde então, experimentamos uma queda fortíssima até chegarmos aos patamares abaixo de dois filhos por mulher que vigoram hoje, ainda que persistam acentuadas discrepâncias regionais e socioeconômicas (Figura 9). Vale mencionar que a fecundidade no Brasil tem diminuído na ausência de medidas coercitivas do governo, como ocorre, por exemplo, na China, onde a taxa de fecundidade caiu para 1,5 filhos por mulher devido a uma legislação inaceitável em um país democrático. Ao longo desse período, a expectativa de vida ao nascer subiu de 50 para mais de 70 anos idade.

FIGURA 9

Taxa de Fecundidade Total | TFT

Brasil – 1940 a 2010



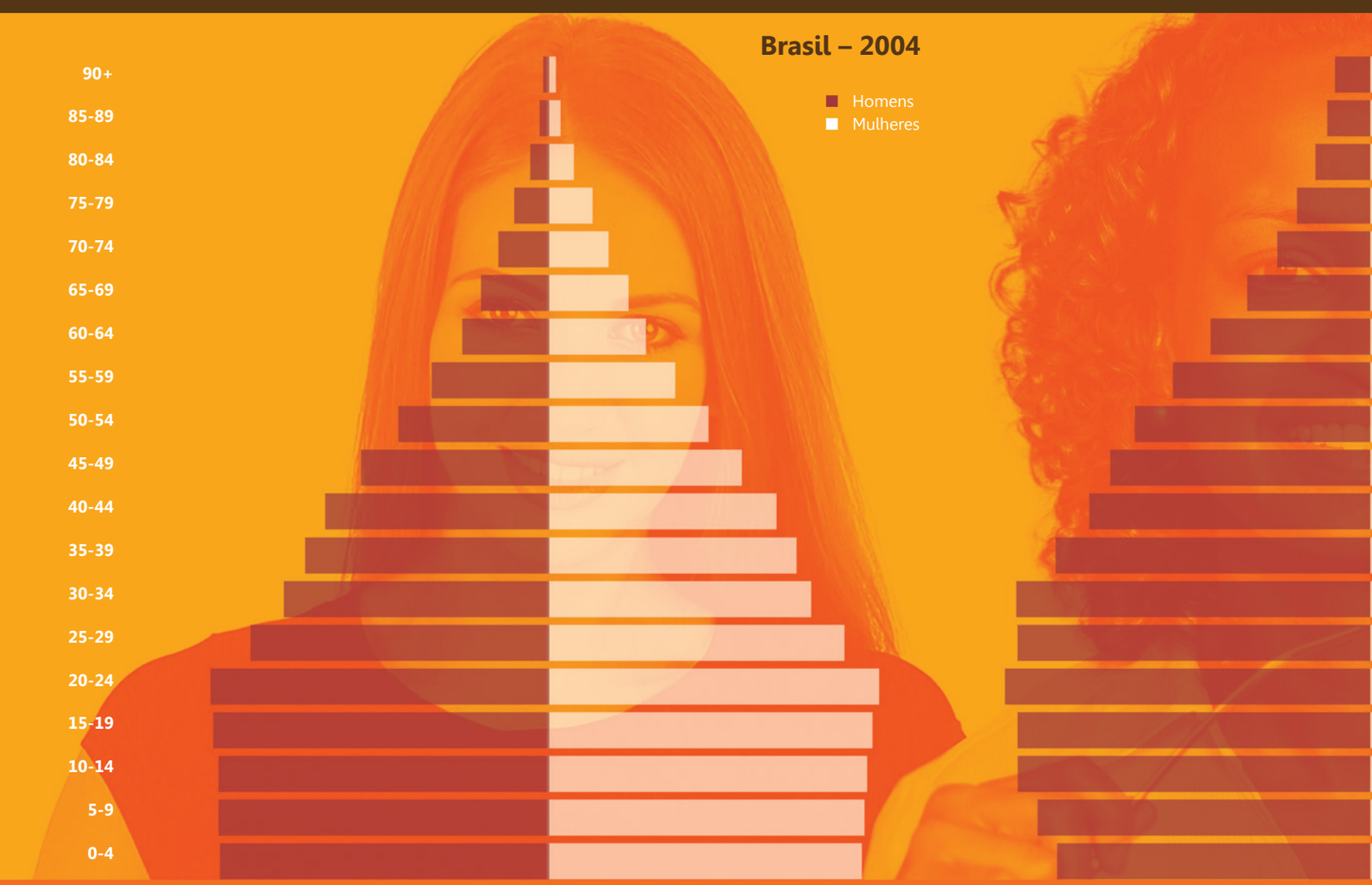
Fonte: IBGE – Censos Demográficos

10 A taxa de fecundidade total (TFT) representa o número esperado de filhos de uma mulher ao fim de sua idade reprodutiva, se ela estiver sujeita aos padrões de fecundidade correntes.

Como ocorre em qualquer região que passe pela transição, a estrutura etária da população se transforma de maneira marcante ao longo do processo. Primeiramente, a base da pirâmide etária se expande. É o momento em que a forte queda da mortalidade infantil faz aumentarem as coortes de crianças e jovens. Com o aumento da expectativa de vida, as coortes de idosos se tornam mais amplas. Em algum momento, a queda da fecundidade levará a menor natalidade e, consequentemente, à redução nessas coortes. No entanto, é interessante notar que é possível que a natalidade (número absoluto de nascimentos por mil habitantes) cresça mesmo enquanto cai a fecundidade (número esperado de filhos por mulher pelos padrões correntes de fecundidade).

FIGURA 10

Pirâmide Etária



Fonte: IBGE

Na verdade, é comum que, durante algum momento da transição demográfica, as duas variáveis movam-se em direções opostas, com as taxas de fecundidade em queda competindo com o momento — no sentido físico e estatístico do termo — da população para determinar o número de nascimentos. Durante muitos anos, o aumento do número de mulheres em idade reprodutiva se sobrepõe ao declínio das taxas de fecundidade. No Brasil, o número de nascimentos cresceu até meados da década de 1980, acelerando o crescimento populacional, a despeito do fato da taxa de fecundidade ter caído consistentemente desde os anos 1960. As Figuras 10, 11 e 12 apresentam as tendências recentes de composição etária e por sexo da população brasileira.

FIGURA 11



FIGURA 12



Podemos verificar que a estrutura etária atual do Brasil é extremamente favorável ao crescimento econômico. A grande maioria da população se encontra em idade ativa, e a taxa de dependência total é cada vez mais baixa (Figura 13). A taxa de dependência de crianças e jovens é cada vez menor, enquanto a de idosos ainda não começou a subir de modo acentuado. No entanto, como indica a Figura 14, isso começará a acontecer com mais intensidade nos próximos dez anos e, em algum momento no início da próxima década, a dependência de idosos sobrepujará a de jovens, o que fará a taxa de dependência total voltar a subir. É quando a janela de oportunidade do primeiro dividendo demográfico começa a se fechar.

FIGURA 13

Taxa de Dependência Total

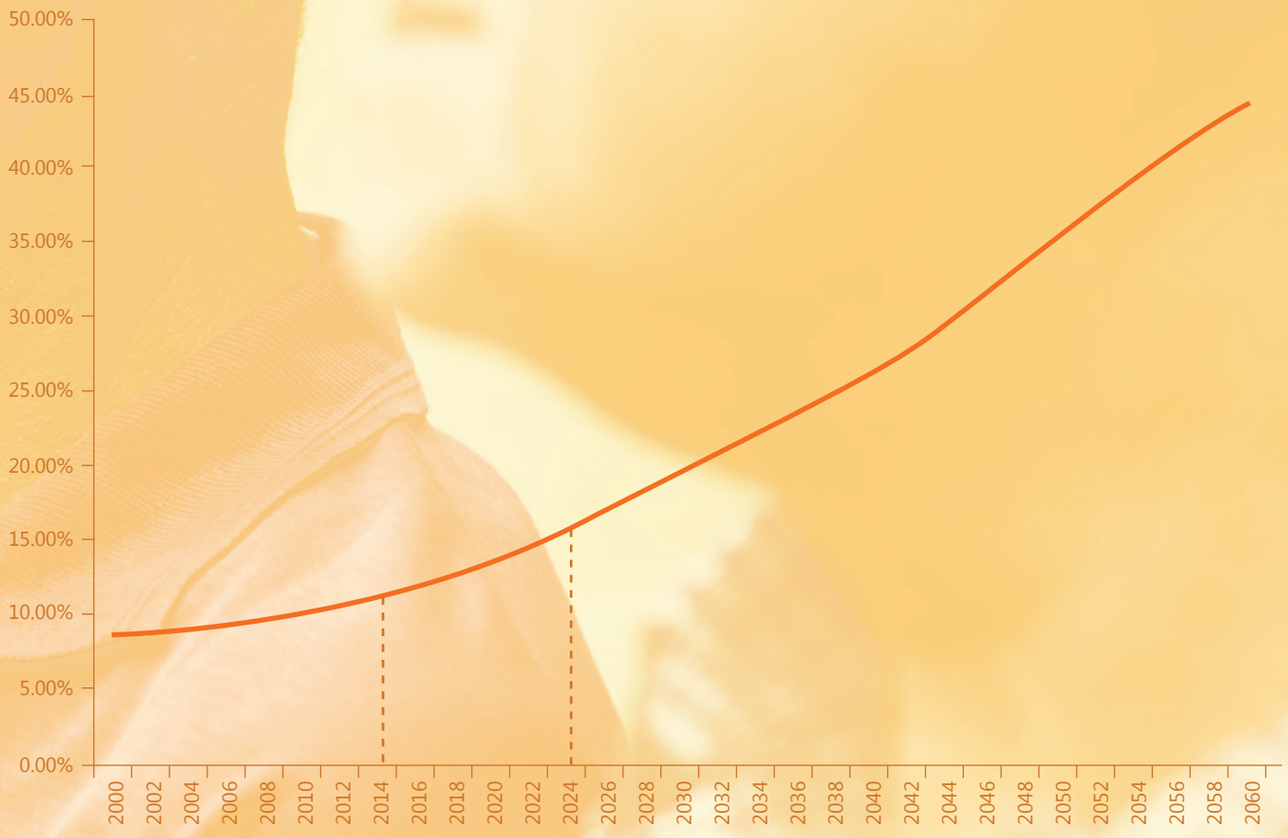


Fonte: IBGE

FIGURA

14

Taxa de Dependência dos Idosos



Fonte: IBGE

Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam dinâmicas populacionais distintas, principalmente no que se refere ao *timing* das etapas.

É importante destacar que muitas vezes a noção agregada esconde tanto quanto revela: os fatos demográficos que apresentamos anteriormente estão longe de ser homogêneos quando se pensa o Brasil regionalmente. Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam dinâmicas populacionais distintas, principalmente no que se refere ao timing das etapas. Enquanto algumas regiões ainda apresentam altas taxas de fecundidade, outras já se encontram abaixo dos níveis de reposição[11] há décadas, e têm uma estrutura etária cada vez mais parecida com a de países maduros. Há diferentes "Brasis" também sob a lente do demógrafo. A Tabela 1 mostra o percentual de cada faixa etária na população total, por grande região, em 2014 e depois de dez anos, pelas projeções do IBGE.

TABELA 1

Distribuição Etária da População

Por região, segundo grupo etário (2014 e 2024)

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
2014	0-14	30.4%	26.5%	21.3%	21.1%	23.7%
	15-64	65.2%	66.6%	70.1%	70.0%	70.1%
	65+	4.4%	6.9%	8.6%	8.9%	6.2%
2024	0-14	24.3%	21.4%	17.6%	17.6%	19.5%
	15-64	69.3%	69.4%	69.8%	69.4%	71.3%
	65+	6.3%	9.2%	12.6%	13.0%	9.1%

Fonte: IBGE. Elaboração Própria

11 Refere-se à TFT de 2,1 filhos por mulher. Taxa que, se mantida, garante, sob algumas condições básicas, a reposição das gerações, mantendo a população estável.

A Divisão de População da ONU define o início do primeiro bônus demográfico como sendo o momento em que o percentual de crianças e adolescentes da população (grupo de 0 a 14 anos) passa a representar menos de 30% da população total e termina quando o percentual da população com 65 anos sobe para além de 15%. Por esta definição, o primeiro bônus demográfico ainda nem teria começado na região Norte, e já vigora nas demais regiões do País, especialmente Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em 2024, todas as regiões ainda estarão dentro do intervalo definido pela ONU como sendo o do primeiro bônus demográfico, mas o Sul e Sudeste já estarão próximos do final por esta definição, com a população de idosos já bem próxima dos 15%. A Figura 15 mostra a grande diferença na dinâmica dos grupos etários das regiões do País de 2014 a 2024. Tamanhas discrepâncias demandam diferentes posições tanto de políticas públicas por parte dos governos quanto de ações por parte de companhias privadas diante seus mercados consumidores.

FIGURA 15

Variação no tamanho relativo dos grupos etários - 2014 a 2024

Por região, segundo grupo etário (Em p.p.)



Fonte: IBGE. Elaboração Própria

Tamanhas discrepâncias demandam diferentes posições tanto de políticas públicas por parte dos governos quanto de ações por parte de companhias privadas diante seus mercados consumidores.

Podemos, portanto, esperar muitos efeitos positivos de uma baixa taxa de dependência na economia. Mas com um cenário tão favorável desenhado pela análise das condições demográficas da população brasileira, não deveríamos estar obtendo resultados melhores em termos de desempenho da economia?

QUEIROZ e TURRA (2010) estimam grandes contribuições dos dividendos demográficos para o crescimento econômico brasileiro nas últimas décadas. Paradoxalmente, na visão dos autores, isso significa que o País tem tido pouco sucesso em aproveitar a dinâmica demográfica favorável, pois as taxas de crescimento deveriam ser bem maiores. De acordo com LAM e MARTELETO (2002), as gerações nascidas após 1982 foram as primeiras no Brasil a experimentar tanto uma redução no tamanho das famílias (resultante da queda da fecundidade) quanto uma diminuição nas coortes das primeiras idades (resultante da queda da natalidade), e isso teve importantes impactos sobre o acesso dessas crianças à escola. Atribui-se a essa dinâmica demográfica mais favorável parte considerável da quase universalização do ensino básico alcançada no País na década de 1990, o que certamente trouxe contribuição positiva e permanente para o crescimento econômico. Entretanto, mais uma vez, a conclusão é que não estamos aproveitando plenamente a janela de oportunidade demográfica que se apresenta.

Apesar da ampliação do acesso, ainda patinamos na qualidade da educação, fato atestado pelas colocações medíocres do País nos diversos exames que testam a proficiência dos estudantes em diversos países, como o PISA[12]. Pelo que indicam os dados mais recentes do Ideb (Índice de Desenvolvimento

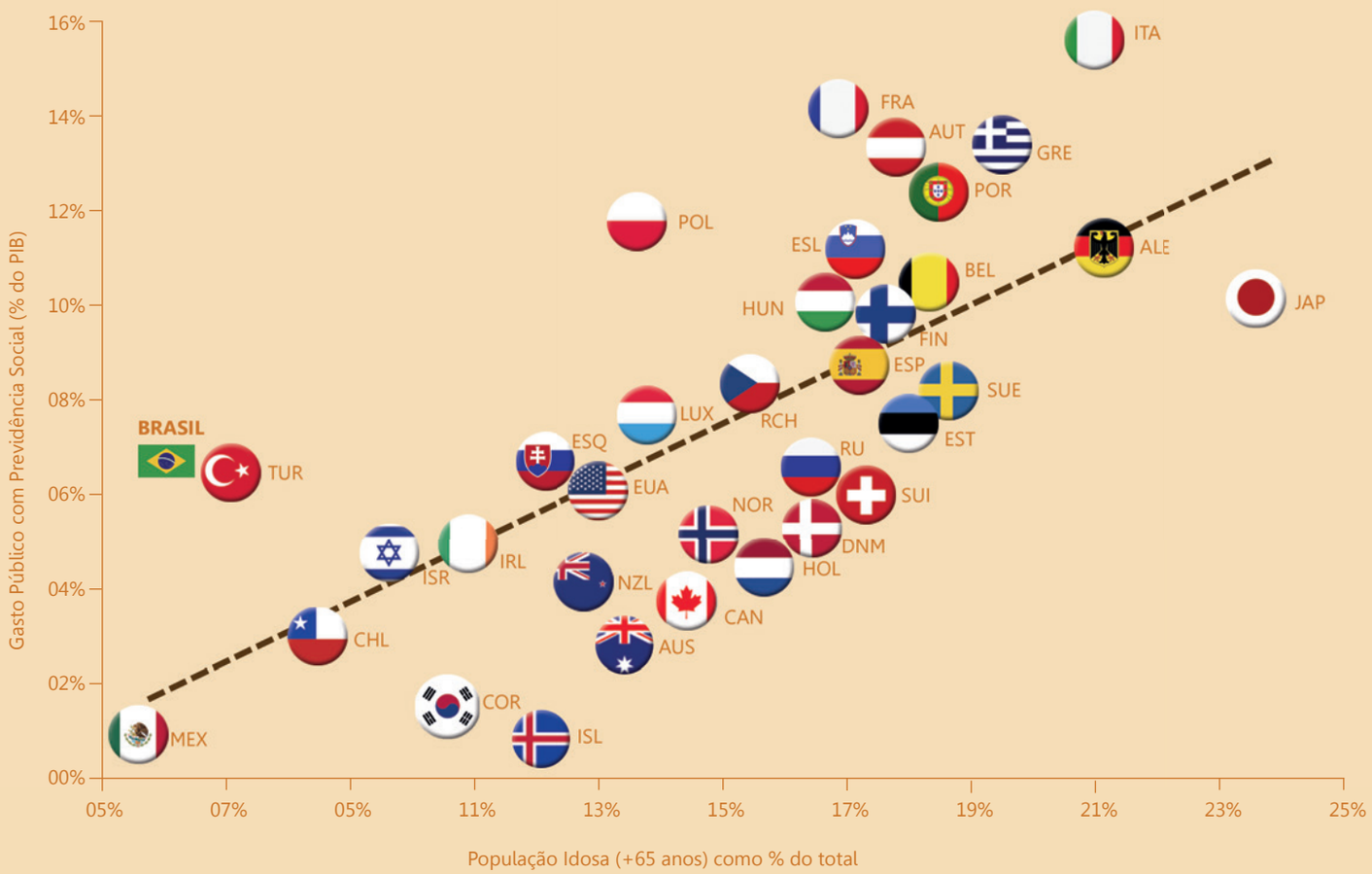
12 *Programme for International Student Assessment*, programa desenvolvido e coordenado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que consiste na aplicação de provas de leitura, matemática e ciências a estudantes na faixa dos 15 anos de idade.

da Educação Básica), também estamos sendo incapazes de oferecer mais acesso e qualidade no ensino médio, a despeito da moderação no crescimento das coortes de jovens entre 15 e 17 anos, idades apontadas por educadores como as adequadas para essa etapa na educação. A baixa qualificação da mão de obra e os parcos estímulos à poupança no nosso País, dentre os quais se destaca um sistema de transferências intergeracionais (tanto no âmbito do governo quanto nas famílias) que garante renda futura sem poupança corrente, também colocam em xeque a contribuição do segundo dividendo demográfico para o crescimento econômico.

O Brasil encontra-se em um período decisivo, em que nossas escolhas sociais em termos de prioridades na educação, na saúde e na previdência determinarão se investiremos adequadamente em nossos jovens, se seremos capazes de proporcionar uma vida digna e longa aos seus idosos, e se será possível aliar crescimento econômico à oferta de serviços de qualidade à população. A maneira com que o Estado vem se relacionando com a sociedade e a

FIGURA 16

Gastos com Previdência e Estrutura Demográfica



Fonte: OCDE

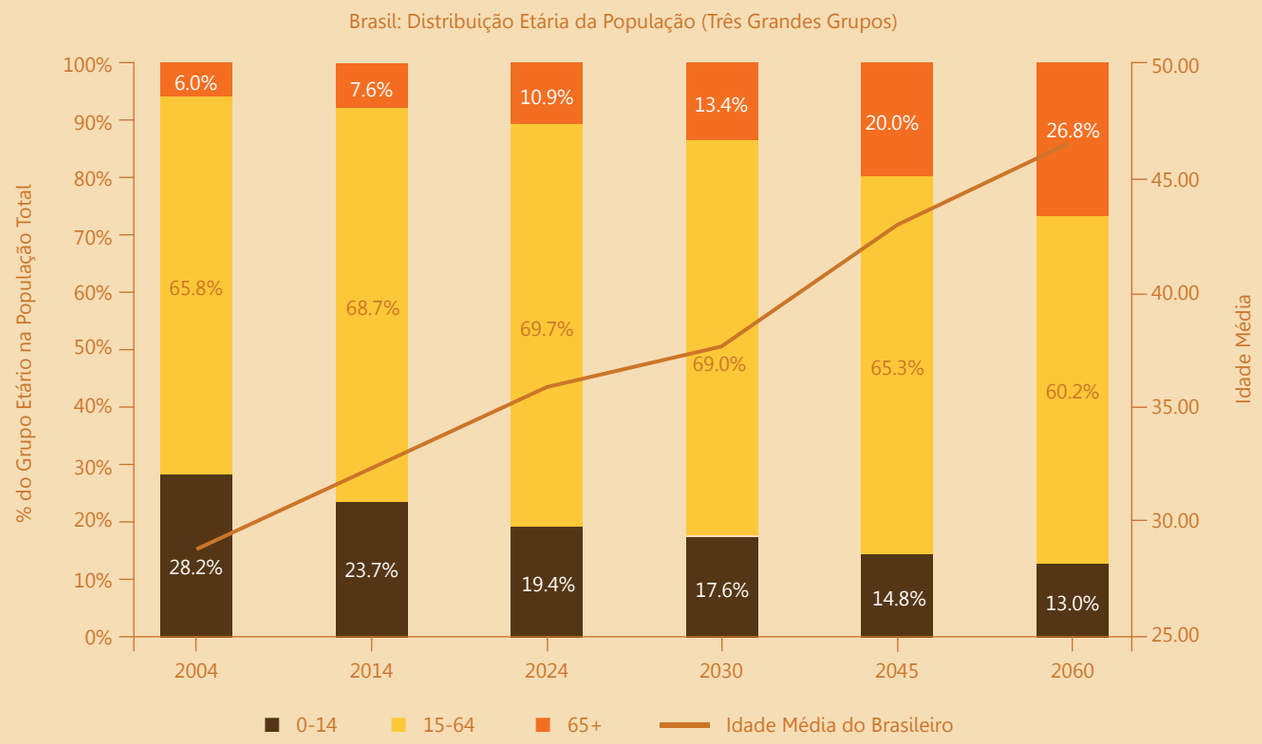
economia é resultado do modelo estabelecido na Constituição de 1988, num contexto demográfico bastante jovem, de forte crescimento populacional, com altos índices de pobreza e gritante discrepância socioeconômica. Este modelo tem sido razoavelmente bem sucedido na redução da pobreza e da desigualdade, mas estimula as transferências de recursos aos idosos em detrimento às crianças. É fato conhecido que o Brasil gasta um montante de recursos com benefícios para os seus idosos muito superior ao que se esperaria da estrutura etária de sua população, como evidencia a Figura 16.

Ao ingressarmos num contexto demográfico completamente distinto, em que a população envelhecida pesará ainda mais sobre os sistemas públicos, seremos forçados a tomar decisões difíceis, que influenciarão de forma definitiva a continuidade do processo de redução da pobreza e o crescimento econômico presente e futuro. O País está envelhecendo e de maneira muito rápida. Somos cada dia mais um País de adultos, e seremos, em algumas décadas, um País de idosos que vivem cada vez mais, como exibem as Figuras 17 e 18.

FIGURA 17

Distribuição Etária da População e Idade Média

Brasil 2004-2060

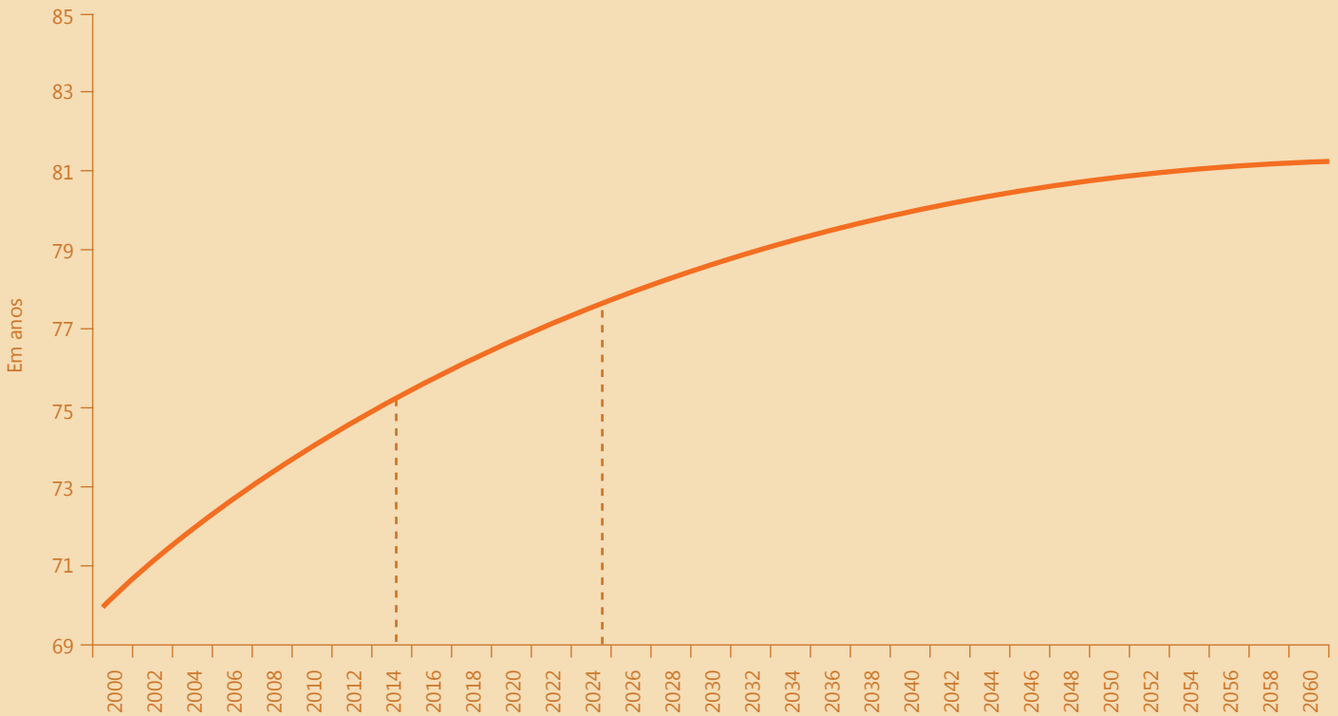


Fonte: IBGE

FIGURA
18

Expectativa de Vida ao Nascer

Brasil 2000-2060



Fonte: IBGE

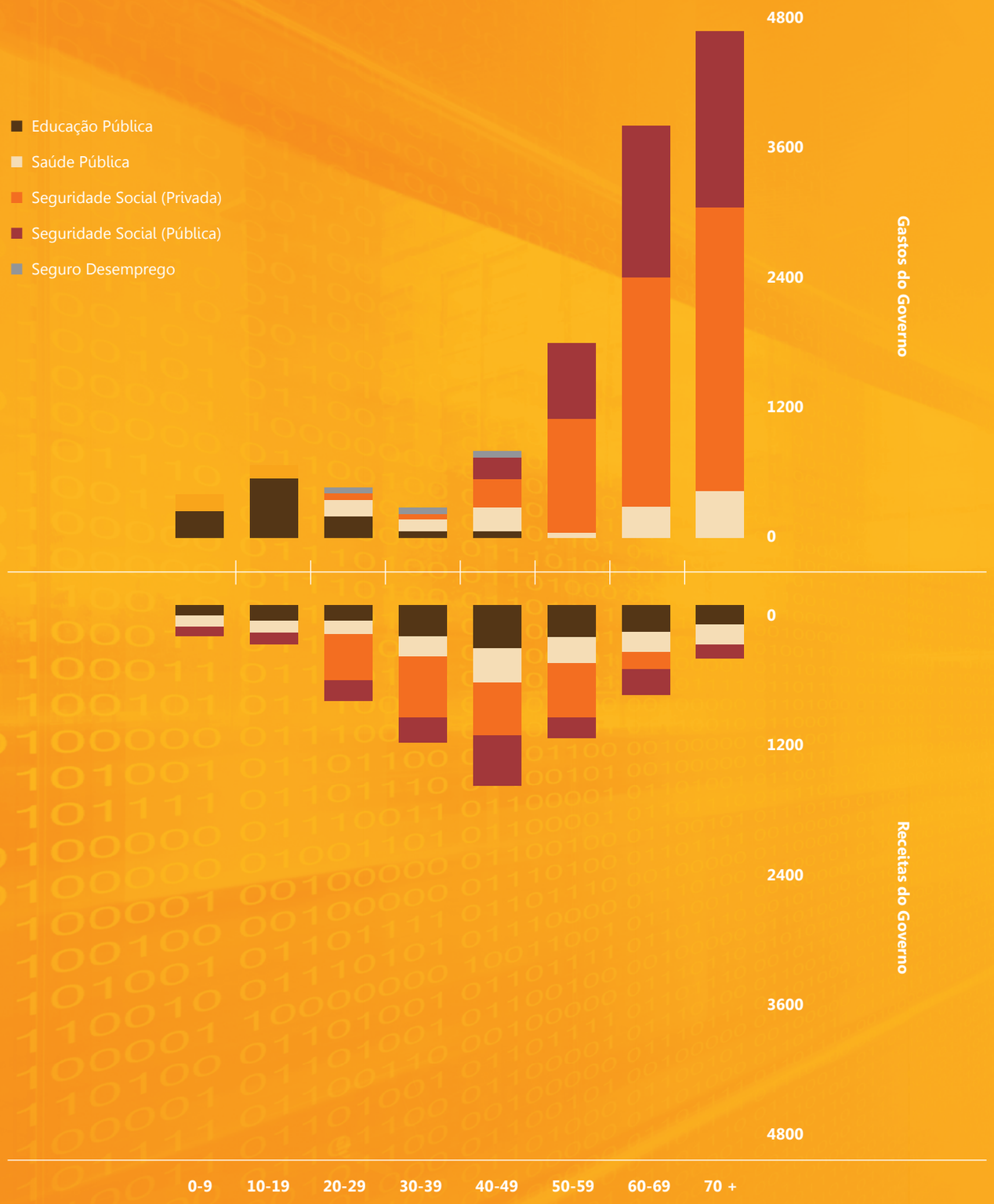
Entretanto, mesmo na questão do impacto fiscal do envelhecimento, as discussões e análises não devem estar restritas aos sistemas previdenciários. Assim como existe um ciclo econômico da vida, que abordamos anteriormente, também existe um padrão etário da relação entre os indivíduos e os governos, que vai muito além das contribuições e pagamentos previdenciários. A Figura 19, extraída de TURRA (2010), mostra que os idosos são extremamente deficitários em sua relação com o governo, especialmente no Brasil.

Conclui-se que o padrão atual de gastos públicos por idade no Brasil impõe sérios riscos fiscais ao País, pois nas próximas décadas encararemos a realidade de uma população de idosos que cresce enormemente e vive cada vez mais.

FIGURA 19

Transferências Líquidas do Governo

Por grupos etários



Fonte: Turra, 2010.

O que se pode fazer?

1 Uma opção é "forçar" uma redução da razão de dependência, ampliando a idade ativa da população ao se redefinir, periodicamente, o conceito de idoso, adiando a aposentadoria conforme a expectativa de vida se amplie. Em muitos países, mesmo sem mudanças significativas no que diz respeito à legislação tributária, a participação dos idosos na força de trabalho é crescente, inclusive no Brasil (GASPARINI et. al (2007)), o que mostra, de certa maneira, uma antecipação individual e voluntária à necessidade de ampliar a faixa de idade ativa dos trabalhadores. O processo será tão menos doloroso quanto for real a melhoria de qualidade de vida associada à maior longevidade, reduzindo a morbidade.



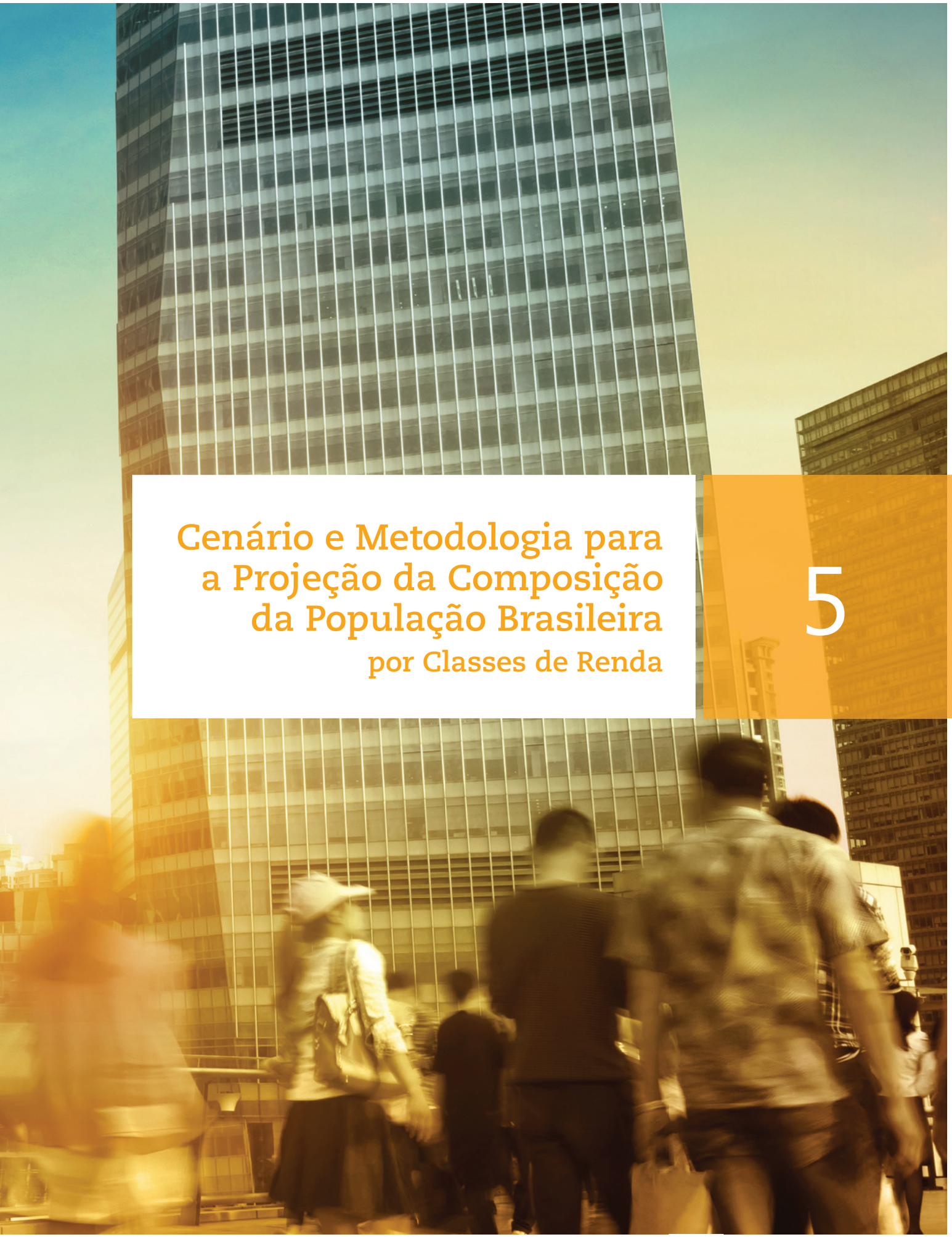
2 Aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho também é uma opção importante, mas para que isso ocorra é preciso investir em políticas que diminuam as diferenças de gênero. No Brasil, a tendência de crescimento da taxa de participação das mulheres avançava há anos, mas, apesar dos avanços no sentido de equidade de gênero, se alterou, e voltou a cair desde 2005, indicando que ainda há bastante a ser feito nessa área.



3 Acima de tudo, não devemos permitir que os gastos previdenciários crescentes dificultem ainda mais a implantação de políticas públicas voltadas para investimento em crianças e jovens, de modo a formar adultos mais produtivos que tenham capacidade de, no futuro, dar suporte a uma maior proporção de aposentados em nossa população. Trata-se da escolha entre um ciclo virtuoso, em vez de um vicioso, em que o aumento da proporção de idosos faz diminuir o investimento na formação dos jovens, o que levaria à menor crescimento econômico e maiores dilemas na alocação dos recursos.







Cenário e Metodologia para a Projeção da Composição da População Brasileira por Classes de Renda

5

A DEMOGRAFIA SE APRESENTA como uma grande oportunidade ou um estorvo ao desenvolvimento e ao crescimento econômico do Brasil nas próximas décadas. No entanto, os resultados, evidentemente, não dependerão apenas da dinâmica populacional, afinal, além das contribuições da demografia, o crescimento na última década foi marcado também por diversos impulsos que provavelmente não se manifestarão de forma tão intensa nos próximos anos.

Como afirmamos na primeira seção deste estudo, mesmo que o quadro atual de quase estagnação seja revertido com uma renovação da agenda de reformas e com a retomada de uma política econômica mais consistente, acreditamos que é pequena a probabilidade de que a estrutura produtiva do País melhore significativamente ou que o crescimento mundial volte a impulsionar a economia nacional, como fez na década passada. Assim, nosso cenário contempla um crescimento potencial de 2% a 3%, o que nos coloca na trajetória de crescimento da renda *per capita* de 1% a 2% anuais nos próximos dez anos. Mas há um ponto que merece destaque.

As projeções que apresentaremos a seguir têm por base a renda domiciliar *per capita* declarada nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mais recente, que é de 2012. Apesar das limitações[13] dessa pesquisa, ela é um retrato verossímil do que acontece em tempo real nas famílias, daí sua adequação para este tipo de análise.

Vários analistas têm discutido a divergência observada entre o ritmo de crescimento da renda medido pelas Contas Nacionais, o PIB *per capita*, e o crescimento da renda familiar medido pela PNAD na última década. O debate ganhou ainda mais força com a divulgação dos números da PNAD refe-

13 A PNAD-IBGE subestima a renda dos mais pobres ao não contar as rendas não-monetárias (que, na POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE), que inclui essas rendas, são estimadas em 25% para os mais pobres (NERI, MELO e MONTE, 2012)). Por outro lado, também não capta a renda proveniente de ativos, tampouco as rendas esporádicas, que, acredita-se, são mais significativas para os mais ricos, de modo que há subestimação nos extremos, que tende a se anular, do ponto de vista da distribuição da renda.

rentes ao ano de 2012. Com o crescimento ínfimo do PIB daquele ano, a renda nacional *per capita* ficou praticamente estagnada enquanto a renda *per capita* domiciliar da PNAD teve um crescimento real de espantosos 8%, o que entusiasmou muitos analistas, principalmente aqueles ligados ao governo. Porém, tamanha divergência, visível na Figura 20, deve ser analisada com cautela.

FIGURA 20

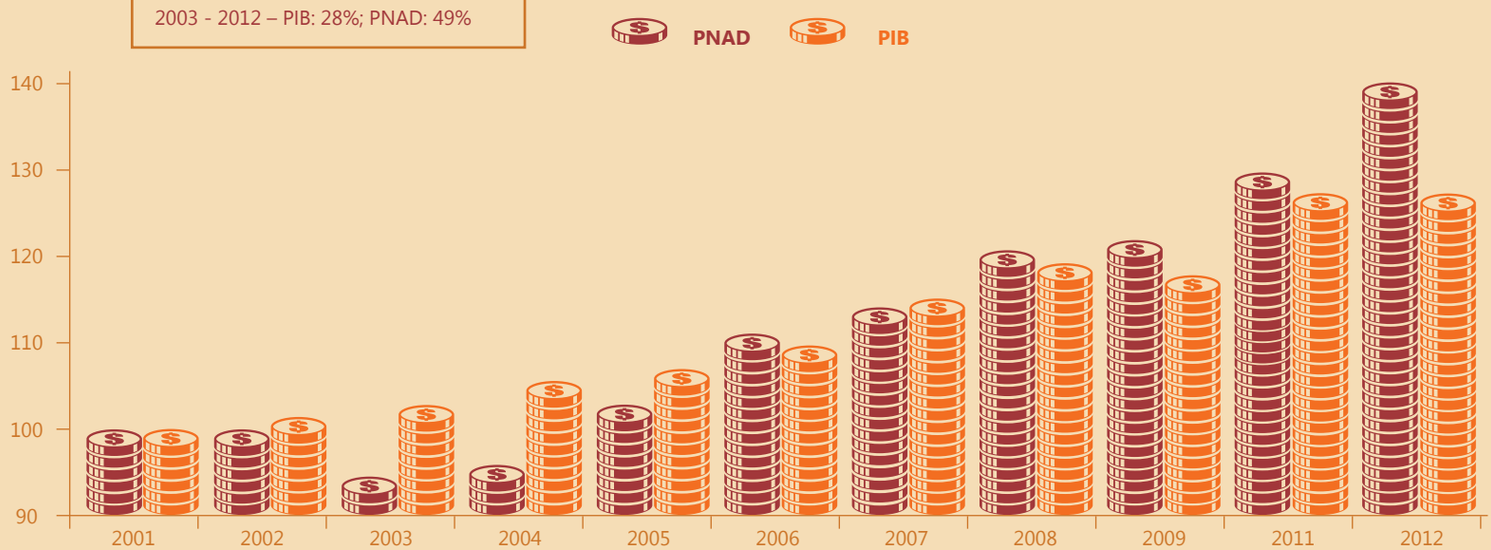
Renda *per capita* no PIB e na PNAD

2001-2012

2001 - 2011 – PIB: 29%; PNAD: 29%
2003 - 2011 – PIB: 28%; PNAD: 38%

Como ficou em 2012:

2001 - 2012 – PIB: 29%; PNAD: 40%
2003 - 2012 – PIB: 28%; PNAD: 49%



Fonte: IBGE e BOLLE e SIMÕES, 2013.

BOLLE e SIMÕES (2013) fazem uma análise detalhada da questão e apontam três principais razões para a divergência nas séries: i. os deflatores utilizados para obter as séries reais, já que a grande desvalorização cambial de 2002 afetou mais o INPC do que deflator do PIB; ii. a recomposição da renda das famílias após a crise de 2002/2003; iii. a regra de aumento real do salário mínimo, que tem grande importância na distribuição dos rendimentos declarados na PNAD[14]. Os autores ainda mostram que a comparação entre estes dois indicadores de renda é, no mínimo, descabida, principalmente quando se verifica que a renda disponível bruta das famílias representou, em média, apenas 65% da renda disponível bruta total da economia, e há muitos outros componentes nas contas nacionais que podem causar divergência.

Entretanto, por mais que a comparação entre a renda domiciliar *per capita* da PNAD e o PIB *per capita* seja inadequada, é evidente que se trata de um processo não sustentável. Se tal divergência é mesmo significativa e tem sido persistente, preocupações quanto ao descompasso entre o crescimento da renda e da capacidade produtiva da economia são bastante justificáveis, e em algum momento o crescimento das duas séries deve convergir. Por essa razão, trabalhamos com a hipótese de convergência do crescimento da renda familiar para trajetória de crescimento do PIB *per capita*, que, acreditamos, estará ao redor de 1,5% ao ano ao longo da próxima década. Mas esse processo de convergência não deve ocorrer de forma uniforme entre as classes de renda. Dividimos a população em cinco diferentes níveis de renda domiciliar *per capita* (rendimento total do domicílio dividido pelo número de moradores). A divisão em classes de renda seguiu o critério proposto pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, como mostra a Figura 21.

A divisão das classes foi feita nos microdados da PNAD de 2012, e refeita para os anos de 2019 e 2024 após aplicarmos a cada renda individual um fator de crescimento. Para aplicar esse fator, cada classe foi redividida em duas. Em nosso cenário, a renda das classes de renda mais baixa deve continuar a se expandir mais rapidamente do que a das classes mais altas, mesmo que todas, ao longo dos próximos dez anos, devam convergir para patamares mais baixos do que os alcançados na última década. As propostas de campanha dos principais candidatos à Presidência da República nas eleições de 2014 atestam que a manutenção dos programas de transferência de renda e da política de reajuste do salário mínimo, mesmo com alterações, é uma das poucas certezas do cenário macroeconômico dos próximos anos, e é isso que está por trás de nossa hipótese de convergência diferenciada entre faixas de renda.

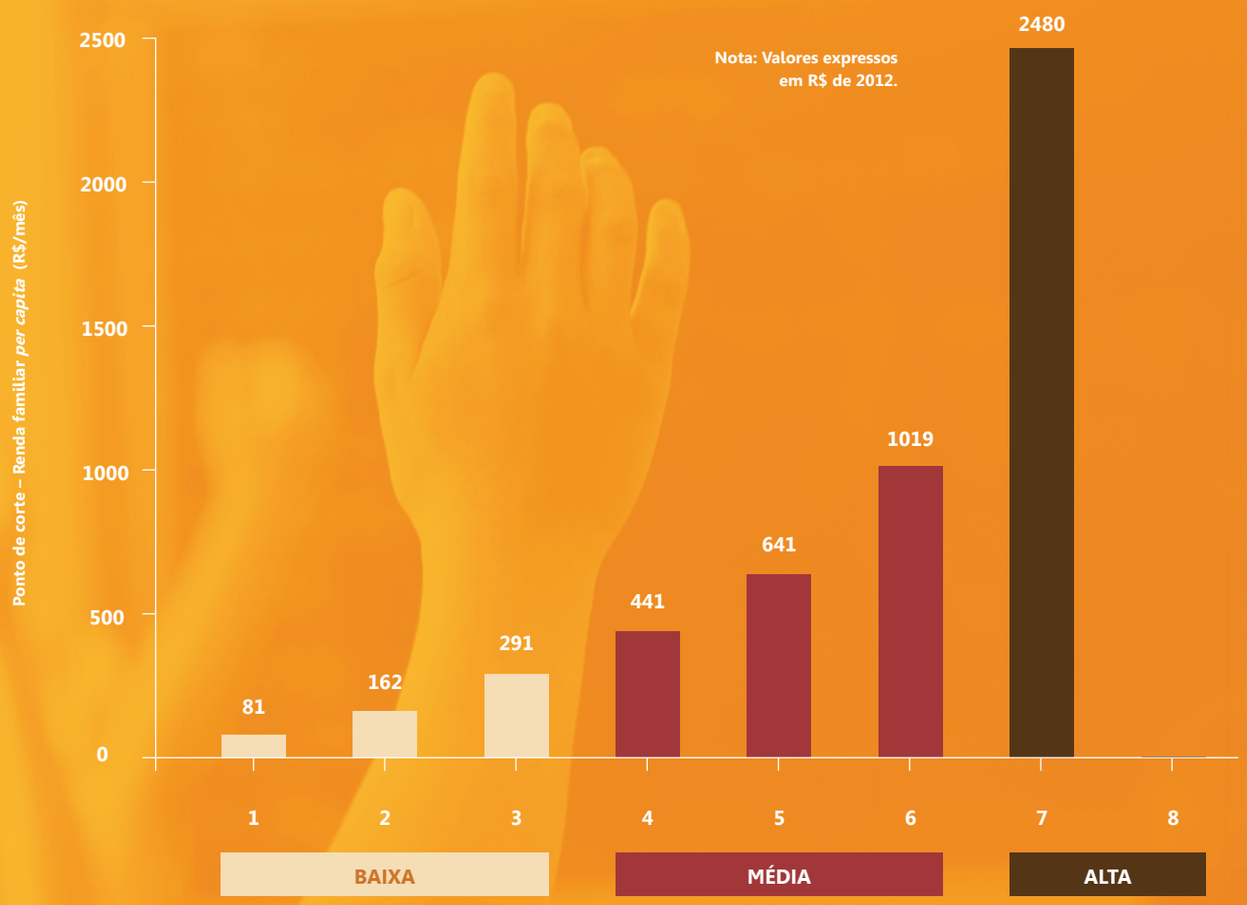
O crescimento absoluto da população no período é levado em consideração, e, para tanto, foram usadas as projeções mais recentes do IBGE.

14 Ver HOFFMANN (2008)

FIGURA 21

Divisões de classes segundo critério SAE

Brasil – 2012



Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República


410
360
470



As Projeções

6

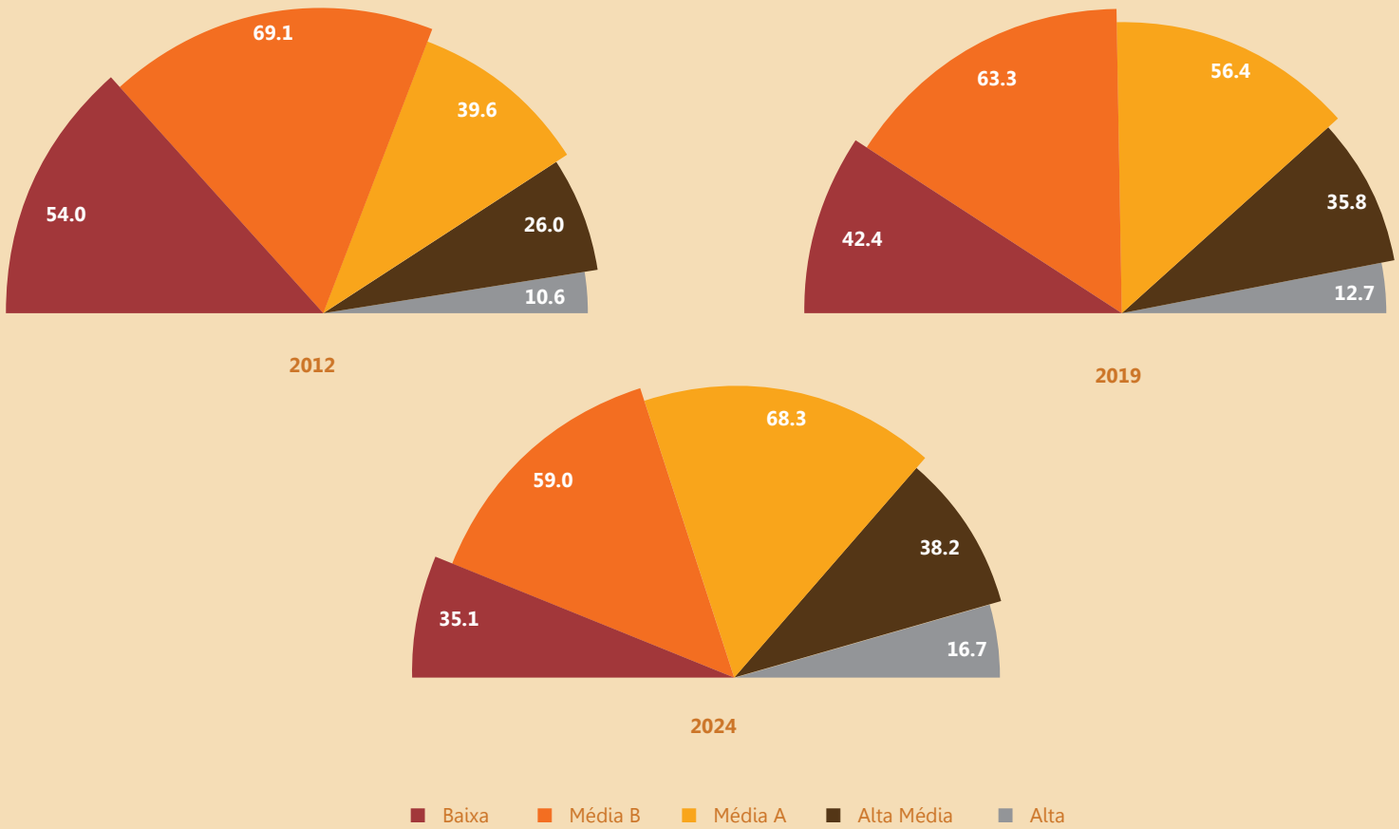
TODOS OS VALORES MONETÁRIOS NESTA SEÇÃO estão expressos em reais de setembro de 2012, o mês de referência da PNAD de 2012. A correção para valores de anos anteriores a 2012 foi feita com a variação em 12 meses da inflação do INPC do IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). As projeções são feitas em termos de taxas reais de crescimento, já estando, portanto, corrigidas para a inflação.

As projeções para a divisão da população brasileira em classes de renda domiciliar *per capita* em 2019 (dentro de 5 anos) e 2024 (dentro de 10 anos) são apresentadas tanto em milhões de habitantes quanto em percentual da população total, nas Figuras 22 e 23.

FIGURA 22

Projeção da População Brasileira por Classes de Renda

2012, 2019 e 2024



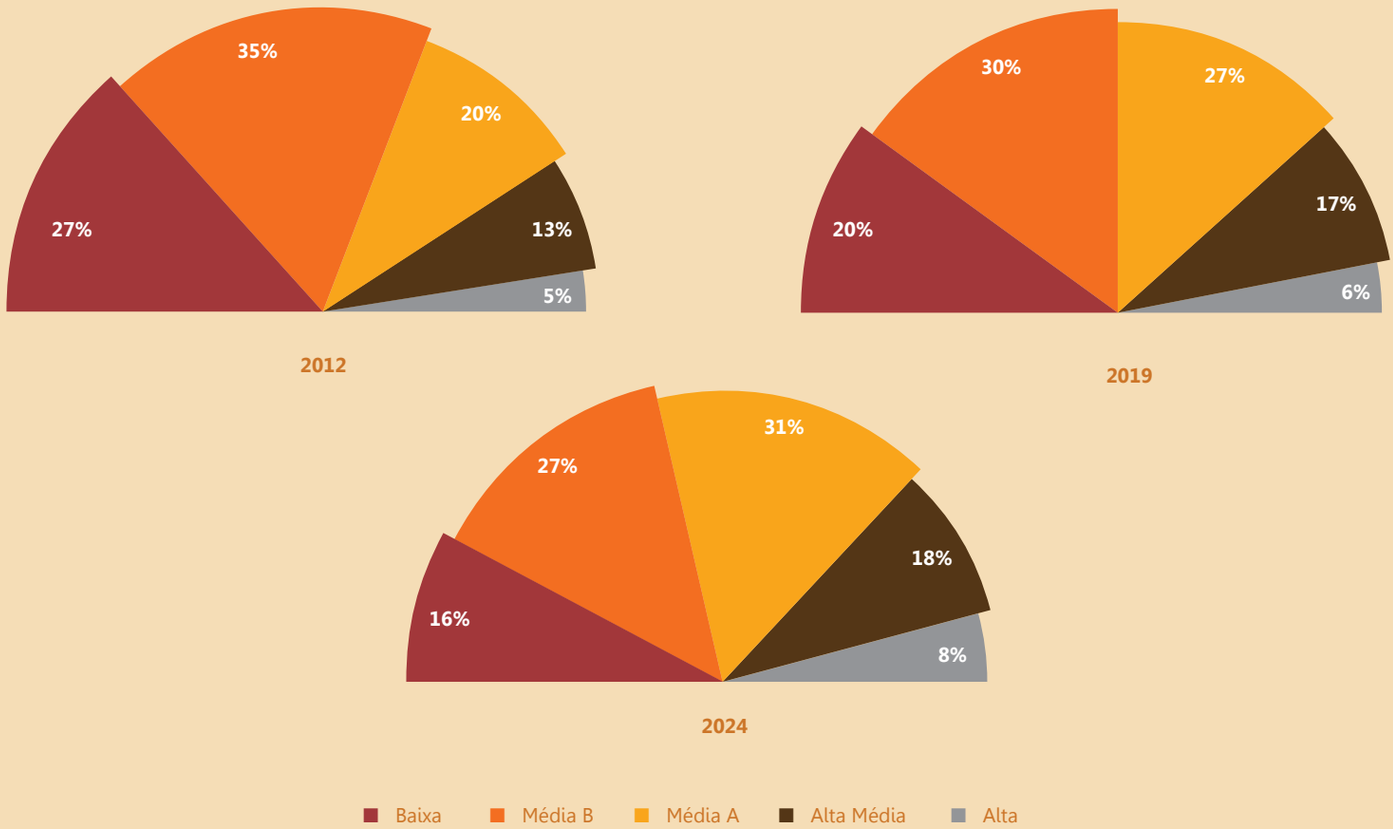
Fonte: IBGE. Elaboração Própria



FIGURA 23

Projeção da População Brasileira por Classes de Renda – % do Total

2012, 2019 e 2024



Fonte: IBGE. Elaboração Própria

Os resultados observados indicam uma oportunidade de manutenção das taxas de crescimento do setor de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização, pois, mesmo com um baixo crescimento da renda *per capita*, a continuidade na transformação da estrutura social do País, e o crescimento da parcela de classe Média A e da classe Alta Média de renda na população brasileira (Tabela 2), tendem a continuar ocorrendo.

TABELA 2

Variação Projetada das Classes de Renda

2012 - 2019 | 2019 - 2024

	Em Pontos Percentuais		Em Milhões de Pessoas	
Classe	**2012 - 2019**	**2019 - 2024**	**2012 - 2019**	**2019 - 2024**
Baixa	-7.0	-4.0	-11.62	-7.31
Média B	-4.6	-2.9	-5.73	-4.33
Média A	6.9	4.7	16.78	11.89
Alta Média	4.0	0.6	9.86	2.33
Alta	0.7	1.6	2.12	3.96

Fonte: IBGE. Elaboração Própria



Diversos produtos do setor de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização já contribuem para a maior proteção social dos brasileiros que vêm ascendendo socialmente.



Nas comparações internacionais verifica-se uma forte correlação entre o tamanho do setor com o nível de desenvolvimento econômico e social do País. Análises comparativas entre diferentes países indicam que, quanto maior o PIB, mas também em especial, quanto melhores os indicadores de desenvolvimento social, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou a distribuição de renda, medida pelo Coeficiente de Gini, maior é o grau de penetração dos produtos do setor. Ou seja, os resultados analisados sugerem que a importância do setor aumenta não apenas com a estabilidade e o desenvolvimento, mas também com o grau de bem-estar medido pelo IDH, e, principalmente, com o aumento e distribuição da renda.

Também é importante observar que como consequência da continuidade e da consolidação do crescimento da classe média, será fundamental aumentar a oferta de mecanismos que permitam que o contingente de novos consumidores tenha acesso a serviços financeiros mais sofisticados de alocação de poupança de longo prazo. Diversos produtos do setor de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização já contribuem para a maior proteção social dos brasileiros que vêm ascendendo socialmente.

No Brasil, na ultima década, a ascensão social de uma parcela significativa da população, como indicado anteriormente, proporcionou o acesso ao crédito por meio das instituições financeiras e demonstrou a capacidade desses brasileiros de assumir e manter compromissos. No entanto, são pessoas que, embora enfrentem riscos múltiplos, não contam com nenhuma proteção do seguro formal — e continuam administrando suas perdas por meio de poupança pessoal, empréstimos de emergência e redes de proteção social, ferramentas que são incapazes de proporcionar a proteção adequada.

Como mostra a Figura 19 na quarta seção deste estudo, já na faixa dos 50 aos 60 anos de idade os indivíduos tendem a ser deficitários em termos de tributação líquida em sua relação com o governo. Segundo as projeções populacionais oficiais, em 2014 as pessoas com mais de 50 anos somam 43,9 milhões, o que representa 22% da população. Em apenas dez anos, o crescimento desse grupo etário deve ser de 35%, chegando aos 60 milhões, ou 27% da população projetada para 2024. Os riscos fiscais do envelhecimento populacional são, assim, evidentes e próximos.



Outras transformações sociodemográficas, como a contínua redução do tamanho dos domicílios e a queda da fecundidade (redução do número de filhos por mulher) impactam de maneira profunda as decisões econômicas que, aliadas às mudanças de perfil de renda e de idade da população que tratamos neste estudo, podem ser ainda mais fortes como se pode observar na Tabela 3. A fecundidade tem caído mais entre as mulheres de baixa renda, apesar de ainda serem as que apresentam os maiores regimes de fecundidade. Isso sugere que, entre as famílias de renda mais baixa, pode haver uma propulsão da renda familiar adicional devido à diminuição do número de filhos por mulher, algo que não é plenamente captado nesse tipo de projeção.

Entretanto, há quem acredite que essa taxa pode cair mais, para níveis abaixo dos 1,5 filhos por mulher. Com taxas tão baixas, décimos na taxa podem fazer toda diferença quando se fala da reposição geracional da população. Assim, há probabilidade não desprezível de que a população brasileira

TABELA 3

Variação das TFTs, segundo faixa de renda

2000 - 2010

Taxa de Fecundidade Total - Pelo Rendimento Mensal Domiciliar *per capita*			
	2000	**2010**	**Variação**
<70	5.10	3.56	-30.2%
70 - 140	3.47	3.64	4.9%
140 - 255	2.55	2.56	0.4%
255 - 1020	1.69	1.60	-5.3%
> 1020	1.17	1.11	-5.1%
Total	2.35	1.90	-19.1%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

decresça em tamanho absoluto já em algum momento da década de 2030, ainda que, no cenário médio das projeções do IBGE, isso só deve ocorrer entre as décadas de 2040 e 2050.

Ainda é possível destacar que tem caído fortemente também o número de moradores por domicílio, vide Figura 24. Trata-se de uma variável pouco discutida, mas que é fundamental na determinação de decisões econômicas das famílias e que merece ser analisada em mais detalhes.

Uma análise dos dados na POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE) mostra que quando os patamares estabelecidos no critério de classe média — especialmente a alta — são atingidos, determinados bens e serviços passam a ser demandados com mais intensidade. São eles a habitação, higiene pessoal e limpeza, saúde, educação e cultura e os serviços financeiros. Nestes últimos certamente se incluem diversos produtos e serviços relacionados aos Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

FIGURA 24

Número Médio de Moradores por Domicílio



Fonte: IBGE – PNAD





Conclusão

7

AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SETOR de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização apresentam uma forte contribuição para o desenvolvimento socioeconômico de nossa economia. E esta análise sobre o crescimento, a renda e as mudanças demográficas que podem ocorrer no Brasil ao longo da próxima década, reforçam três pontos relevantes sobre o papel do setor.

O primeiro é a considerável contribuição do setor para o processo de modernização econômica e para a educação financeira da nova classe média, que, após aprender a gerenciar o crédito, deverá buscar a poupança de longo prazo. A relevância do setor adquiriu mais peso, sobretudo, depois que os benefícios de uma estabilização da economia brasileira vieram a gerar frutos de maior organização econômica e social e o aumento da renda criou uma demanda por poupança de longo prazo que deve ser atendida.

O segundo é o papel crescente do setor como direcionador de uma parte dos fluxos de poupança privada para aplicações de longo prazo. Além de ser um fator complementar ao primeiro ponto, ganha ainda mais importância em um período em que é preciso criar fontes de financiamento do investimento, ao mesmo tempo em que os recursos externos serão menores e o governo continuará com pouco espaço fiscal para provê-lo.

Finalmente, é necessário considerar a função social do setor, que complementa o Estado em sua função de prover as obrigações de seguridade social, saúde e previdência, permitindo reduzir as pressões sobre o orçamento da União, cujos gastos, como observado neste estudo, tendem a aumentar com as mudanças demográficas que estarão, ao longo dos próximos anos, cada vez mais evidentes.

Diante desse cenário, é importante destacar que tratamos neste trabalho de uma transformação social que é produto de duas mudanças estruturais distintas, mas que acontecem concomitantemente: a da estrutura etária da população e a da distribuição da renda. Os dois efeitos combinados interagirão nos próximos anos, determinando a demanda e a produção da economia brasileira para além das flutuações conjunturais.

Diante desse cenário, é importante destacar que tratamos neste trabalho de uma transformação social que é produto de duas mudanças estruturais distintas, mas que acontecem concomitantemente: a da estrutura etária da população e a da distribuição da renda.

O texto foi elaborado por Monica Baumgarten de Bolle, Pedro Henrique Simões e Luiz Roberto Cunha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. D. Transição demográfica na América Latina e Caribe. Revista EcoDebate. Jul. 2014

ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S. M. População e Desenvolvimento: a Terceira Transição Demográfica. Revista APARTE - Inclusão Social em Debate. Fev. 2008

ANDO, A e MODIGLIANI, F. The Life Cycle Hypothesis of Savings: aggregate implications and tests. The American Economic Review, Vol. 53, 1. Mar. 1963.

BOLLE, M. B. e SIMÕES, P. H. C. Inflação de Serviços: o grande problema estrutural da economia brasileira? Carta Econômica Galanto. Nº 145. Jan. 2012.

BOLLE, M. B. e SIMÕES, P. H. C. O Espantalho, o Homem de Lata e o Leão: a PNAD, o PIB e o Consumo em busca do Mágico de Oz. Carta Econômica Galanto. Nº 163. Set. 2013.

BUGARIN, M. e MAGALHÃES, P. Impacto da Constituição de 1988 sobre o Sistema Previdenciário do Setor Público Federal. Estudos Legislativos. In Constituição de 1988 : O Brasil 20 Anos Depois - Os Cidadãos na Carta Cidadã (VOL. V). Senado Federal. 2011.

CARVALHO, A. A. Padrão de consumo de arranjos familiares e das pessoas sozinhas no Brasil: uma análise por gênero e estratos econômicos. Dissertação (Curso de Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas. 2010.

CENTRE FOR BHUTAN STUDIES A Short Guide to Gross National Happiness Index. 2012

CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE Will the Demand for Assets Fall When the Baby Boomers Retire? Background paper. Washington, D.C.. Set. 2009.

GASPARINI, L.; ALEJO, J.; HAIMOVICH, F.; OLIVIERI, S. and TORNAROLLI, L. Poverty among the elderly in Latin America and the Caribbean. Background paper for the World Economic and Social Survey 2007: The World Ageing Situation, Universidad de la Plata, 2007.

LAM, D. e MARTELETO, L. Small Families and Large Cohorts: The Impact of the Demographic Transition on Schooling in Brazil. PSC Research Report No. 02-519. University of Michigan. Ago. 2002.

LEE, R. e MASON, A. Reform and Support Systems for the Elderly in Developing Countries: Capturing the Second Demographic Dividend. IUSSP/Asian Meta Centre "International Seminar on the Demographic Window and Health Aging. Peking University. 2004

MASON, Andrew. (2005). Demographic transition and demographic dividends in developed and developing countries. Ciudad del Mexico: United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structure.

MENDES, Vinícius de, A. Dividendo e crescimento: a contribuição da demografia na economia brasileira entre 1970 e 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

METZLER, L. A. The Process of international adjustment under conditions of full employment: a keynesian view. Readings in International Economics. Homewood, IL, EUA. 1960

QUEIROZ, B. L. e TURRA, C. M. Window of Opportunity: socioeconomic consequences of demographic changes in Brazil. The Macroeconomic Demography of Intergenerational Transfers Project. Canada, 2010.

RAY, Debraj. Development Economics: Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998

TURRA, C. M. Contabilidade das Gerações e Consequências da Transição Demográfica - (15 anos depois). Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Território, População e Estatísticas Públicas da ENCE/IBGE. Mar. 2014.

WALLICK, D. SHANAHAN, J. e TASOPOULOS, C. Baby Boomers and Equity Returns: Will a Boom in Retirees Lead to a Bust in Equity Returns? Vanguard research. Out. 2013.

WARNER, A. Public Investment as an Engine of Growth. IMF Working Paper. Ago. 2014

Projeto gráfico

Bethe B . comunicação



FenSeg
Federação Nacional de Seguros Gerais

FenaPrevi
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida

FenaSaúde
Federação Nacional de Saúde Suplementar

FenaCap
Federação Nacional de Capitalização

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

Rio de Janeiro Rua Senador Dantas, 74 - 13º andar | Centro | CEP 20031-205 | Tel 21 2510 7777

Brasília SCN quadra 1, bloco C, sala 1608 - Edifício Brasília Trade Center | CEP 70711-902 | Tel 61 3326 4399 ou 3328 2838

www.cnseg.org.br